

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

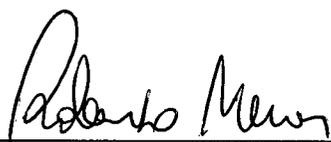
A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 9,0 ao aluno ANILDON JOAQUIM MOTA, matrícula nº 9820706-7, na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:



Prof. João Rogério Sanson

Presidente



Prof. Roberto Meurer

Membro



Prof. Luiz Augusto F. Maluf

Membro

Para
Raquel e
Bruna pelo
carinho,
compreensão
e incentivo,
e aos meus pais
pela minha
formação.

Agradeço o esforço e paciência do professor João Rogério Sanson na orientação, aos colegas de trabalho pela compreensão e ao pessoal da Contadoria da Secretaria da Fazenda de Santa Catarina pela ajuda na coleta de dados e informações necessárias.

SUMÁRIO

Lista de Tabelas.....	vii
Lista de Gráficos.....	vii
Lista de Anexos.....	viii
Resumo.....	ix
CAPÍTULO I: Introdução	
1.1 – Colocação do Problema.....	1
1.2 – Objetivos.....	3
1.2.1 – Objetivo Geral.....	3
1.2.2 – Objetivos Específicos.....	3
1.3 – Metodologia.....	3
CAPÍTULO II: A Economia nas Décadas de 50 e 60	
2.1 – A Economia Mundial.....	5
2.2 – A Economia Brasileira.....	6
2.3 – Aspectos da Economia Catarinense.....	9
2.3.1 – O Planejamento Governamental e Econômico em Santa Catarina.....	10
2.4 – Os Principais Fatos para as Finanças de Santa Catarina.....	12
CAPÍTULO III: As Receitas e Despesas Orçamentárias entre 1950 e 1970	
3.1- Financiamento dos Gastos Públicos	14
3.2 - As Receitas Orçamentárias.....	15
3.2.1 – A Série Histórica de Receitas Orçamentárias.....	17
3.2.2 – A Evolução das Receitas Orçamentárias.....	24
3.3 – As Despesas Orçamentárias.....	29
3.3.1 – A Série Histórica de Despesas Orçamentárias.....	31
3.3.2 – A Evolução das Despesas Orçamentárias.....	38

CAPÍTULO IV: O Resultado Fiscal e a Dívida Pública

4.1 – O Resultado Fiscal.....	43
4.1.1 – A Evolução do Resultado Fiscal no período.....	44
4.2 – A Dívida Pública.....	48
4.2.1 – A Evolução da Dívida Pública no período.....	49
4.3 – O Resultado Fiscal e a Dívida Pública do período de 1950-70 comparados com os mesmos resultados ocorridos entre 1971 e 1991.....	54
CAPÍTULO V: Conclusão.....	57
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	59
ANEXOS.....	61

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Santa Catarina – Governo Estadual – Receita Orçamentária (em R\$ de 1999) - 1950-1970.....	17
Tabela 2 – Santa Catarina – Governo Estadual – Receitas Correntes e de Capital – 1950-1970.....	25
Tabela 3 – Santa Catarina – Governo Estadual – Despesa Orçamentária (em R\$ de 1999) – 1950-1970.....	31
Tabela 4 – Santa Catarina – Governo Estadual– Despesas Correntes e de Capital - 1950-1970.....	39
Tabela 5 – Santa Catarina – Governo Estadual – Receitas e Despesas Orçamentárias - 1950-1970.....	47
Tabela 6 – Santa Catarina – Governo Estadual – Dívida Pública - 1950-1970.....	50
Tabela 7 – Santa Catarina – Governo Estadual – Receitas Tributárias e Dívida Pública - 1950-1970.....	52

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Santa Catarina – Governo Estadual – Receita Orçamentária - 1950-1970.....	24
Gráfico 2 – Santa Catarina – Governo Estadual – Receitas Tributárias - 1950-1970.....	27
Gráfico 3 – Santa Catarina – Governo Estadual – Receitas Tributárias em relação à Renda Líquida Catarinense – 1950-1968.....	28
Gráfico 4 – Santa Catarina – Governo Estadual – Despesa Orçamentária - 1950-1970...	40
Gráfico 5 – Santa Catarina – Governo Estadual – Despesa de Pessoal em relação ao total das Despesas Orçamentárias – 1950-1970.....	41
Gráfico 6 – Santa Catarina – Governo Estadual - Despesa Orçamentária em relação à Renda Interna Catarinense – 1950-1968.....	42
Gráfico 7 – Santa Catarina – Governo Estadual – Resultado Fiscal - 1950-1970.....	45
Gráfico 8 – Santa Catarina – Governo Estadual – Resultado Fiscal - 1950-1991.....	55
Gráfico 9 – Santa Catarina – Governo Estadual – Dívida Pública – 1950-1991.....	56

Lista de Anexos

Anexo A – Santa Catarina – Governo Estadual – Dívida Pública - 1950-1970.....	61
Anexo B – Índices utilizados para atualizar a série histórica de receitas e despesas orçamentárias, e os valores da renda interna de Santa Catarina.....	62
Anexo C – Santa Catarina – Governo Estadual – Receita Orçamentária - 1950-1970.....	63
Anexo D – Santa Catarina – Governo Estadual – Despesa Orçamentária - 1950-1970....	68
Anexo E – Santa Catarina – Governo Estadual – Renda Interna, Receitas Tributárias e Despesas Totais (em R\$ de 1999) – 1950-1968.....	72

Resumo

O presente trabalho tem o objetivo principal de completar a série histórica de receitas e despesas orçamentárias de Santa Catarina até o ano de 1950. O período tratado se refere aos anos entre 1950 a 1970. Efetuamos, ainda, uma análise da evolução das receitas e despesas, do resultado fiscal e do comportamento do estoque da dívida pública.

A política econômica do pós-guerra levou os governos dos países capitalistas a se transformarem em agentes diretos do processo econômico e a criarem condições para a manutenção da instabilidade econômica entre as nações. No Brasil, a política econômica seguiu os rumos traçados pela política mundial, com os Governos interferindo diretamente no sistema produtivo nacional, seja através de planos de desenvolvimento ou de incentivos monetários ou fiscais ao setor privado. O custo dessa intervenção foi o aumento considerável do estoque da dívida pública, principalmente da dívida externa, pois os recursos de financiamento foram buscados, preferencialmente, no mercado financeiro internacional. Santa Catarina foi a reboque do governo federal, seguindo o receituário que pregava a intervenção Estatal na economia. No Estado foram empreendidos três projetos de desenvolvimento econômico e houve expansão da estrutura governamental.

As despesas e receitas orçamentárias se comportaram de forma equilibrada durante os anos 50, mas na segunda metade do período sua trajetória apresentou oscilações expressivas, além de ganhar em dimensão e volume. Os resultados fiscais que estavam equilibrados nos primeiros anos passam a apresentar uma alternância entre déficits e superávits vultosos nos últimos anos do período. O estoque da dívida pública significa menos da metade do montante de receitas tributárias arrecadadas durante todos os exercícios, portanto demonstrava não ser o agente indutor do desequilíbrio fiscal apresentado na fase final.

Palavras-chave: Orçamento Público, Receita Orçamentária, Despesa Orçamentária, Resultado Fiscal e Dívida Pública.

INTRODUÇÃO

1.1 Colocação do Problema

O equilíbrio das contas públicas representa um passo importante na criação de condições positivas para o desenvolvimento econômico de um Estado. O resultado fiscal e a dívida pública são temas que acompanham a vida brasileira nos últimos anos de forma muito marcante e contundente. As necessidades de financiamento do setor público chegaram, em muitas das vezes, a provocar mudanças bruscas nos rumos econômicos, sociais e políticos do Brasil. Portanto, é relevante conhecer o que influencia o resultado das contas públicas, seja no momento atual ou em períodos passados.

Outro fato importante é a discussão do papel do Estado na economia. Diferentes escolas vêm participando do debate com posições, muitas das vezes, contrárias. Enquanto uns pregam a minimização do Estado na economia, outros vêem a intervenção como necessária. O governo brasileiro aumentou sua participação na economia, pois conforme REZENDE (2001, p. 23): “(...) a expansão dos gastos públicos no Brasil assumiu proporções consideráveis no período 1948/1994. O total das despesas do setor público, excluindo as empresas do Governo, cresceu cerca de oito vezes em termos reais”.

O tema que escolhi foi a construção de uma série histórica mais longa de receitas e despesas do Setor Público de Santa Catarina¹, bem como a evolução dos resultados fiscais e do estoque da dívida pública do período entre os anos de 1950 e 1970. A análise do endividamento do Estado constitui um indicador importante no momento de avaliar a possibilidade de que uma economia venha a enfrentar problemas de liquidez e de solvência, assim como o custo desse endividamento pode inviabilizar a trajetória de toda uma sociedade.

Com a finalidade de melhor situarmos o tema no contexto econômico da época, providenciamos um breve histórico da situação da economia mundial, brasileira e catarinense

¹ A série já está construída para o período posterior a 1964. Ver GOULART (2000) e BRASIL (2001)

naqueles tempos, dando ênfase às tentativas dos governos em acelerar o desenvolvimento econômico através da implantação de planos governamentais, cujo objetivo predominante era criar uma estrutura industrial diversificada e eficaz.

A economia mundial, que passou por momentos de fortes turbulências ao enfrentar uma grave crise econômica em 1929 e duas Guerras Mundiais em trinta anos, entra em uma fase de reconstrução econômica, onde se sobressai a forte presença estatal. O Brasil, por ser uma economia dependente das condições externas, entra no ritmo ditado pelos países centrais. O período de 1950 a 1970 foi caracterizado por forte intervenção estatal na economia, com a implantação de vários planos econômicos de desenvolvimento. A economia catarinense, dependente que era das decisões do governo central, seguiu os mesmos passos determinados na dinâmica econômica nacional.

Como o presente trabalho tem, então, o objetivo maior de completar a série histórica de receitas e despesas orçamentárias entre 1950 e 1970, e analisar evolução dos resultados fiscais e da dívida pública catarinense no período, mostrarei, ainda nesta introdução, os objetivos específicos deste trabalho e a metodologia utilizada.

No capítulo II, dissertarei sobre os aspectos mais relevantes da economia mundial, brasileira e catarinense no período, dando ênfase aos planos e programas implementados nos dois níveis de governo, cujo conhecimento é muito importante para o objetivo desta monografia.

No capítulo III, demonstrarei a série histórica de Receitas e Despesas Orçamentárias de Santa Catarina nos exercícios de 1950 a 1970, com comentários sobre a evolução das mesmas.

No capítulo IV, analisarei a evolução dos resultados fiscais e da dívida pública, e ainda, realizarei a comparação entre os resultados obtidos no período com os dos anos entre 1971 e 1991.

Finalmente, no capítulo V, formularei a conclusão do trabalho.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Apresentar a série completa de Receitas e Despesas do Estado de Santa Catarina de 1950 a 1970 e efetuar uma análise da evolução dos resultados fiscais e da dívida pública estadual.

1.2.2 Objetivos Específicos

Em termos mais específicos, pretende-se:

- apresentar a série histórica de receitas e despesas orçamentárias entre 1950 e 1970;
- verificar a evolução das receitas e despesas orçamentárias em Santa Catarina no período;
- analisar os resultados fiscais obtidos; e
- detalhar a evolução da dívida pública em relação aos resultados fiscais.

1.3 Metodologia

Esta monografia foi realizada com intuito de construir uma série histórica mais longa das receitas e despesas orçamentárias de Santa Catarina e efetuar uma análise dos resultados fiscais e da dívida pública durante o período de 1950 a 1970.

Para dar respostas a estas questões, foram realizados levantamentos específicos nos Balanços Gerais do Estado, referentes aos exercícios de 1950 a 1970, arquivados na Secretaria da Fazenda de Santa Catarina. Os dados coletados na pesquisa deram ênfase na composição das receitas e despesas do período, cujo principal propósito foi completar a pesquisa BRASIL (2001).

Os dados referentes ao período de 1950 a 1963 estavam apresentados em Balanços Orçamentários elaborados segundo o Decreto-Lei² n° 2.416, de 17.07.1940. Este normativo regulamentava a elaboração orçamentária e as prestações de contas dos Estado, Municípios e Distrito Federal, tendo como principal característica a separação das receitas públicas em

² O Decreto-Lei 1.804, de 24 de novembro de 1939, também trata da elaboração e apresentação orçamentária.

ordinárias e extraordinárias, compreendendo as seguintes categorias: receita tributária, receita patrimonial, receita industrial e receitas diversas. As despesas eram discriminadas por unidades administrativas ou por serviços, distribuídas pelas denominações de despesas de pessoal fixo e de pessoal variável; e despesas de material permanente e de material de consumo. O resultados gerais dos exercícios eram demonstrados no balanço financeiro e na demonstração de conta patrimonial elaborada na conformidade dos modelos, com a transcrição de todo o movimento entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de cada ano. Os trabalhos de encerramento dos exercícios eram realizados até o dia 30 de abril.

As transcrições das contas de receitas e despesas nas tabelas por mim elaboradas foram efetuadas conforme a determinação da Lei 4320, de 17.03.1964. Os balanços a partir de 1964 estavam expostos conforme esta Lei. O critério utilizado para a apresentação das contas públicas será o de classificação econômica, pois através desta é possível ter indicações sobre os efeitos que os gastos públicos e o seu financiamento tem sobre a economia como um todo.

O balanço referente ao ano de 1960 não foi localizado, fato que me levou a utilizar os dados existentes em um demonstrativo consolidado dos balanços orçamentários entre os exercícios de 1950 a 1972, publicados no Balanço Geral de 1973.

Os dados da série de receitas, despesas e dívida pública foram coletados em moeda da época, e ajustados de acordo com a série Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP – DI/Médio) da Fundação Getúlio Vargas. O valor original de cada ano foi dividido por um fator médio referente a este mesmo ano, resultando em valores a preços atuais.

A fundamentação teórica foi buscada com base em referenciais teóricos bibliográficos relacionados à Economia do Setor Público, com ênfase à área que trata das finanças públicas.

Por fim, relato que houve dificuldades na coleta dos dados, pois alguns balanços estão muito desgastados pelo passar dos anos, o que dificulta o seu manuseio e visualização. Destaco, ainda, a importância do arquivo localizado na Contadoria Geral da Secretaria da Fazenda.

CAPÍTULO II

A ECONOMIA NAS DÉCADAS DE 50 E 60

Neste capítulo irei abordar alguns aspectos da economia mundial, brasileira e catarinense durante o período de 1950 a 1970. O objetivo central é conhecer os principais fatos que influenciaram o momento econômico daquela época. Darei ênfase para os vários planos governamentais destinados a incentivar o desenvolvimento econômico e social do Brasil e de Santa Catarina.

2.1 A Economia Mundial³

Boa parte do mundo capitalista após a Segunda Guerra Mundial necessitava ser reconstruída e era fundamental a criação de condições que impedissem a ocorrência de fatos que pudessem prejudicar novamente o frágil equilíbrio entre as Nações. As propostas já haviam saído da Conferência de Bretton Woods⁴, onde os países aliados se reuniram com a finalidade de criar organismos internacionais que assegurassem a estabilidade monetária internacional, incentivassem o desenvolvimento econômico capitalista e assegurassem a liberdade de comércio. O foco principal, então, seria assegurar o funcionamento pleno dos setores monetário, financeiro e comercial em nível mundial.

Em 1947, foram criados o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). O primeiro destina-se a promover a cooperação monetária no mundo capitalista, coordenar a paridade entre as moedas e de angariar fundos entre os países membros, cuja finalidade seria de auxiliar os que estavam em dificuldades para pagar seus compromissos internacionais. Já o segundo tinha como propósito o financiamento dos projetos de recuperação econômica dos países envolvidos diretamente na guerra e o de incentivar o desenvolvimento econômico das regiões mais pobres. O quadro foi completado

³ Seção baseada em FURTADO (1994, p. 156-182)

⁴ Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, realizada em julho de 1944, em Bretton Woods (New Hampshire, Estados Unidos), com representantes de 44 países.

com a criação do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), que visava garantir o livre comércio internacional.

A política econômica dominante no mundo, nesta época, era extraída da teoria keynesiana, que está centrada na participação do Estado como agente indutor do planejamento e desenvolvimento econômico. A maioria dos países seguiu esta política em seus sistemas de governo, inclusive o Brasil.

2.2 A Economia Brasileira⁵

O Brasil, durante a Segunda Guerra Mundial, acumulou um montante expressivo de reservas cambiais graças ao bom desempenho do setor exportador e da redução do coeficiente de importação. O desempenho do setor industrial foi favorecido pelo uso pleno da capacidade produtiva já existente, ou seja, não houve grande expansão da estrutura industrial.

No período após o término do conflito mundial, a política econômica governamental promoveu a abertura econômica externa com a liberação das importações. O País consumiu as reservas acumuladas na primeira metade dos anos 40. PEREIRA (1983, p.38) assim se refere ao período: “Esses saldos seriam em grande parte desperdiçados com a importação maciça de bens de consumo e com a compra de algumas empresas européias de serviços públicos”. Destaca-se que, também, houve importações destinadas a reequipar o parque industrial, pois os avanços científicos e tecnológicos promovidos durante o conflito mundial mudaram significativamente as formas de produzir da indústria, fato que tornou premente a renovação da estrutura industrial brasileira.

As liberações das importações, aliadas às necessidades internas de reequipamento industrial e o consumismo levaram a uma deterioração das contas externas, com grande desajuste no Balanço de Pagamento. Com a finalidade de conter o fluxo de importações, criou-se um sistema de licenças prévias para as aquisições no exterior, mas alguns setores industriais ganharam facilidades para importar. O Brasil, em 1949, levantou o seu primeiro empréstimo junto ao FMI.⁶

⁵ Seção baseada em FURTADO (1994, p. 156-182)

⁶ O primeiro empréstimo do FMI ao Brasil foi de US\$ 15 milhões

O governo Vargas encerrou-se logo após o fim da guerra, e teve início o governo Eurico Gaspar Dutra (1946-51), no qual foi implantado um programa econômico e social denominado Salte, que dava prioridade para quatro grandes áreas: saúde, alimentação, transporte e energia. Foi considerada a primeira tentativa de planejamento econômico no Brasil, criando condições para futuras expansões de vários setores industriais.

O intercâmbio Brasil-Estados Unidos (CMBEU⁷), iniciado em 1948, colocou um fim no Plano Salte, e iniciou estudos sobre os problemas básicos da economia brasileira e propôs alguns projetos para o desenvolvimento do País. A CMBEU foi extinta em 1953, mas deixou sua contribuição nos estudos dos problemas econômicos brasileiros e ao promover a criação do BNDE. Segundo FURTADO (1985, p.159): “A organização do BNDE visou à concessão de empréstimos, de longo prazo e com baixas taxas de juros, a setores de interesse econômico, e de aval as operações financeiras externas. Constitui-se no principal agente de execução de políticas de investimentos do Governo Federal”.

Em 1950, inicia-se a segunda fase do governo Vargas (1950-54), na qual foi colocada em prática o Plano Láfer. O plano previa concentração de investimentos nos setores de energia e transporte, além de outros objetivos. O BNDE seria encarregado dos recursos para financiamento. O plano não obteve êxito, fundamentalmente, por causa do desajuste na Balança Comercial. Mas, mesmo assim, FURTADO (1994, p.162) afirma que: “A economia evolui no período pós-guerra, em taxas superiores às observadas no período anterior. O produto industrial cresceu à taxa média anual de 8,9% e a agrícola 4,4%, entre 1947-52”.

A partir de 1954, com a morte de Vargas, assumiu o governo Café Filho (1954-55) que praticou uma política econômica mais tradicional, sem a realização de projetos de desenvolvimento. O período destaca-se pela implantação da indústria automobilística.

No período compreendido entre os anos de 1956-61, surge o governo Juscelino Kubitschek, o qual transforma o aparelho governamental em um instrumento voltado para o desenvolvimento industrial. Foi formulado e implantado o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), mais conhecido como plano de metas, cujo objetivo era estabelecer metas que deveriam ser alcançadas nos cinco anos de governo. Os recursos para o financiar Plano seriam captados através de uma legislação que favorecia a entrada de recursos externos⁸,

⁷ Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico

⁸ Lei 2.145/54 e Instrução 113 da SUMOC de 1955.

e de financiamentos e empréstimos oferecidos pelo governo e entidades internacionais. O produto real cresceu muito no período, apesar da elevação da inflação e do desajuste no Balanço de Pagamento.

O crescimento econômico elevado não se sustentou nos anos de 1961-64, que são caracterizados pela instabilidade econômica e política. Houve a renúncia do Presidente Jânio Quadros. O governo João Goulart tentou implantar o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, mas que teve duração curta para apresentar resultados. Nesses anos a inflação aumentou em ritmo acelerado.

A partir de 1964, sucederam-se governos ligados ao regime militar e uma série de planos governamentais que visavam tirar o país do atraso econômico. O primeiro governo foi o de Castello Branco (1964-67), que aprovou o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG). O objetivo do programa seria conhecer e eliminar os entraves internos que bloquearam o crescimento econômico nos anos anteriores. Segundo FURTADO (1994, p.173): “A inflação era a causa fundamental da instabilidade, então, foram tomadas medidas para reduzir o déficit fiscal, retraindo a demanda pelo crédito e moeda, aumentar a receita tributária e conter os reajustes salariais”. O governo promoveu a criação de diversos mecanismos econômicos e órgãos públicos que facilitassem o desenvolvimento da economia nacional, entre os quais destacamos: a reforma bancária; reestruturação do mercado de capitais; reforma monetária com a criação do Cruzeiro Novo e a criação do Código Tributário Nacional. O Código Tributário alterou a legislação dos impostos sobre consumo e vendas, o que trouxe uma maior centralização tributária em mãos da União.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) foi estabelecido no Governo de Costa e Silva (1967-69). O plano estava centrado em uma política de crescimento acelerado e auto-sustentado por meio da substituição de produtos importados. Conforme FURTADO (1994, p.176): “A estratégia do plano abrangia a agricultura, indústria, energia, transporte, telecomunicações, habitação, saúde e saneamento. Mas com o passar do tempo, o enfoque da política econômica deslocou-se de mercado interno para o externo”. As Exportações⁹ cresceram significativamente no período entre 1968 e 1973, destacando-se a participação dos produtos industrializados.

⁹ As exportações cresceram 13,7% em 1968, 22,8% em 1969 e 18,5% em 1970, conforme FURTADO (1994, p. 177).

O período de 1967 a 1974 é conhecido como os tempos do milagre brasileiro, pois segundo afirma FURTADO (1994, p.176): “(...) caracterizam um período de altas taxas de crescimento do produto real e maior ênfase na expansão do mercado externo”.

O último governo do período em questão será o Médici (1969-74), que elaborou o primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), cuja principal finalidade era transformar o Brasil em uma nação capitalista desenvolvida.

Com relação ao financiamento do milagre brasileiro, FURTADO (1994, p.178) fala o seguinte:

As principais fontes de recursos externos do País, até 1967, eram os organismos internacionais de cooperação – FMI, BIRD e BID – e agências governamentais – notadamente USAID e EXIMBANK. Esses órgãos e agências dispunham, todavia, de limitados recursos para atender ao aumento da procura por outros países. Além disso, o mercado financeiro internacional apresentava, principalmente a partir de 1967, abundância de recursos no mercado de eurodólares (dólares norte-americanos reciclados por bancos europeus), em decorrência das emissões norte-americanas para cobrir o déficit do seu balanço de pagamentos. Voltou-se, assim, o Governo brasileiro para o sistema bancário privado internacional, estabelecendo dois importantes instrumentos de captação (...).

2.3 Aspectos da Economia Catarinense

Após o relato dos principais acontecimentos na economia brasileira, mostraremos alguns aspectos considerados relevantes sobre a economia catarinense, dando ênfase para os Planejamentos Governamentais, que visavam dotar o Estado de uma estrutura econômica dinâmica; seguindo os passos ditados pelo Governo Central, pois Santa Catarina não estava imune aos acontecimentos de caráter nacional, mostrando com isso sua condição de economia dependente.

No plano político, o Brasil acabará de sair do regime político do Estado Novo, no qual Santa Catarina fora governada, durante quinze anos, por Interventores. Na primeira eleição, após o fim do intervencionismo, é eleito governador para a gestão 1946-51 o Sr. Aderbal Ramos da Silva. Depois se seguiram mais cinco governadores, a saber: Irineu Bornhausen (1951-54), Jorge Lacerda¹⁰ (1955-58), Heriberto Hülse (1958-61), Celso Ramos (1961-66) e

¹⁰ O governador Jorge Lacerda faleceu no exercício do mandato, sendo substituído pelo vice- governador Heriberto Hülse.

Ivo Silveira (1966-71). Uma curiosidade sobre o período político foi o seu início com a derrocada do governo Vargas, e o seu fim com a posse de um governador nomeado pelo Regime Militar, no caso o Sr. Colombo Salles (1971-75).

Segundo MATTOS (1973, p.197): “Santa Catarina era habitada, em 1950, por um contingente humano de 1,5 milhão de pessoas. Em 1970, este número se eleva para 2,9 milhões”. Portanto, a população quase dobra em 20 anos. A aceleração do crescimento populacional aumenta a demanda pelo fornecimento de bens e serviços públicos, pressionando com isso os gastos orçamentários. A maioria da população concentrava-se na área rural, mas a tendência de crescimento do contingente urbano já era notada, haja vista que a mesma havia crescido de 23% em 1950, para 43% no ano de 1970¹¹. A população economicamente ativa, em 1950, estava concentrada na atividade agrícola (63%) mas, no final do período, 49% desta população estava nas atividades Industriais e Prestação de Serviços¹². Mesmo assim, vale notar que a maioria da população estava concentrada, durante a maioria do período, no setor primário da economia.

2.3.1 O Planejamento Governamental e Econômico em Santa Catarina¹³

A primeira tentativa de fazer planejamento econômico em Santa Catarina, nasce com o Governo Irineu Bornhausen (1951-54). Chamava-se Plano de Obras e Equipamentos (POE), que era a projeção de investimentos públicos em diversos setores da administração pública e com reflexos nos meios sociais, políticos e econômicos. O POE e a sua forma de financiamento, que consistia em um aumento de 20% no Imposto sobre Vendas e Consignações (IVC) por dez anos, passaram pela aprovação da Assembléia Legislativa. Segundo RIBAS JUNIOR (2001, p.120): “O Plano não obteve o êxito esperado, principalmente por problemas políticos partidários na gestão de Irineu Bornhausen e no governo seguinte, pelo falecimento do Governador Jorge Lacerda. O POE é o marco inicial da história do planejamento governamental e econômico no Estado”.

MATTOS (1973, p.295), se referindo aos governos anteriores, afirma: “Antes dele as administrações se apoiavam basicamente nos orçamentos tradicionais, caracterizados pela

¹¹ MATTOS (1973, p. 245)

¹² MATTOS (1973, p. 258)

¹³ Seção baseada em RIBAS JUNIOR, Salomão (2001, p. 120-123)

subordinação das receitas aos diversos órgãos administrativos e não a um programa de aplicações setoriais”.

A estrutura governamental de Santa Catarina a partir do Governo de Aderbal Ramos da Silva (1946-51), conforme RIBAS JUNIOR (2001, p.120): “(...) possuía apenas três Secretarias de Estados: a Secretaria da Fazenda; a Secretaria da Viação, Obras Públicas e Agricultura; e a Secretaria do Interior, Justiça, Educação e Saúde”. O governo de Irineu Bornhausen criou a Secretaria da Agricultura e no governo de Jorge Lacerda/Heriberto Hülse foram criadas as Secretarias do Interior e Justiça, da Educação e Cultura, da Saúde e Assistência Social, de Segurança Pública e a de Viação e Obras Públicas. Ainda segundo RIBAS JUNIOR (2001, p.161): “Havia, também, na estrutura de governo, o Departamento Estadual de Estatística e o Departamento Estadual de Geografia e Cartografia, ambos embrião dos modernos sistemas de planejamento porque coletavam dados e informações”. Enfim, a estrutura de governo amplia-se após 1951.

O Plano de Metas de Governo (PLAMEG) sucedeu o POE nos anos de 1961 a 1965. Foi um plano criado pelo governador Celso Ramos (1961-66). RIBAS JUNIOR (2001, p.122) diz que o plano foi criado:

(...) sob a influência das conclusões de um Seminário Sócio-Econômico realizado em 1959, que forneceu um diagnóstico da realidade catarinense. O governo criou uma nova estrutura burocrática o que ocasionou o aumento da máquina administrativa do Estado. Primeiro cria-se uma Secretaria dos Negócios do Oeste, cuja sede ficou na cidade de Chapecó. Segundo autoridades governamentais, era preciso dar maior atenção econômica, administrativa e política à região do oeste catarinense, que acabará de completar um primeiro processo de colonização, principalmente pela distância e por problemas de comunicação com o litoral. As razões de ordem política são decorrentes de conversas sobre movimentos favoráveis a criação de uma Unidade Federativa chamada Território do Iguaçu. Foram criadas também a Secretaria do Trabalho, que fazia parte de um acordo político-partidário, e a Secretaria de Estado sem pasta, cuja finalidade era atuar no campo político.

O PLAMEG fazia as etapas que vão do diagnóstico e prognóstico, depois imaginava uma forma de execução e entregava aos órgãos próprios da administração pública para a sua execução, promovendo a avaliação e o controle, como instrumento auxiliar do Governador do Estado.

Os recursos de financiamento saíam de um fundo criado com dinheiro proveniente do IVC, da cobrança de outras taxas e da tomada de empréstimos financeiros. Ainda sobre o financiamento do PLAMEG, SCHMITZ (1985, p.35) relata:

Para a execução do Plano de Metas, o Poder Executivo ficou autorizado a despender nos exercícios entre 1961 a 1965, verificada as conveniências financeiras e as possibilidades materiais de execução, o volume de aplicações em despesas de capital em C\$ 17,5 milhões de cruzeiros. Era um programa quinquenal de investimentos, ao qual era destinada quantia correspondente a mais de 35% da arrecadação estadual prevista para o período. Estava aberta a oportunidade para a adoção do orçamento programa. A dotação foi autorizada, na Lei de Meios, de forma global.

Devemos a esse período a criação de muitos outros órgãos auxiliares, tais como: o Departamento de Orientação e Racionalização do Serviço Público (DORSP), o Instituto de Reforma Agrária do Estado (IRASC), o Departamento de Caça e Pesca e o Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (BDE).

O PLAMEG executou as suas atividades até o final do governo de Celso Ramos.

O governo Ivo Silveira (1966-71) criou o PLAMEG II, que era o prosseguimento do Plano de Governo anterior, naturalmente atualizado com algumas modificações. Por razões político-partidárias¹⁴, o Governador Ivo Silveira teve que compor o seu governo com forças políticas, que ele próprio havia derrotado quando da sua eleição. Diante disso, para conciliar essa nova conjuntura política, o PLAMEG II ganhou novas atribuições, passando, também, a executar as tarefas planejadas.

RIBAS JUNIOR (2001, p.123) fala o seguinte sobre o novo plano:

O PLAMEG II, nessa nova realidade, constituiu-se em um órgão de grandes proporções que substituiu os demais órgãos na execução das obras. Isso cria algumas confusões na administração pública. A Secretaria responsável não tinha como fazer as obras públicas e passava o PLAMEG a executar diretamente a construção das escolas, das unidades sanitárias e dos prédios públicos. Mas apesar dessa situação, o plano foi importante para a expansão industrial.

Na mensagem do Governador, em 10 de abril de 1971, mostra que o crescimento do PIB nacional vem sendo, nos quatro últimos anos, da ordem de 9% ao ano. Já o PIB de Santa Catarina se situou ao redor de 12% ao ano entre 1968 e 1970.

¹⁴ O governo militar, através do Ato Institucional nº 2, extinguiu os partidos políticos existentes, criando no lugar a ARENA, que seria a situação e o MDB, para ser a oposição.

2.4 Os principais fatos para as finanças de Santa Catarina

Concluindo o presente capítulo destaco como sendo de fundamental importância para a trajetória das finanças públicas de Santa Catarina, durante o período tratado, os seguintes fatos históricos:

- A criação do FMI e BIRD em 1947.
- Política de planejamento e desenvolvimento econômico são iniciadas a partir do Governo Dutra, em 1946.
- O primeiro empréstimo brasileiro junto ao FMI, em 1949.
- O lançamento do POE no Governo de Irineu Bornhausen (1951-56), financiado pelo aumento do IVC e criação de outras taxas. A estrutura de governo começa a se alterar.
- A população catarinense dobra durante o período de 1950 a 1970.
- O Governo Juscelino Kubitschek inicia o Plano de Metas, em 1956.
- O PLAMEG é colocado em prática pelo Governo Celso Ramos, em 1961. A forma de financiamento segue a do POE.
- Os militares assumem o Governo brasileiro a partir de 1964. Intensifica-se a implantação de planos econômicos governamentais.
- A criação do Código Tributário, em 1966, concentra arrecadação de tributos em mãos da União.
- As economias brasileira e catarinense apresentam, a partir de 1967, altos índices de crescimento econômico. Período do Milagre Brasileiro.
- O PLAMEG II é lançado pelo Governo Ivo Silveira.
- O financiamento dos planos de desenvolvimento é realizado pela tomada de empréstimos externos (eurodólares).

CAPÍTULO III**AS RECEITAS E DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS DE 1950 A 1970**

Um dos objetivos específicos desta monografia é mostrar a evolução das receitas e despesas orçamentárias de Santa Catarina no período compreendido entre 1950 a 1970. Então, no início do presente capítulo, mostraremos alguns conceitos que facilitarão o entendimento sobre os gastos públicos e suas formas de financiamento.

Em uma segunda etapa, mostraremos a série histórica de demonstrativos contábeis relacionados aos fluxos de recursos e dispêndios governamentais nas décadas de 50 e 60, em Santa Catarina.

Por último, procederemos a uma breve análise sobre a evolução apresentada nas contas públicas de Santa Catarina no período em questão.

Nesta série foram coletados os dados em valores correntes apresentados em cada balanço, sendo que, na apresentação que se segue, os dados foram convertidos para valores atualizados para preços de 1999, conforme está explicado na metodologia.

3.1 O Financiamento dos Gastos Públicos

A realidade econômica foge do conceito da concorrência perfeita, principalmente pela existência de falhas de mercado, fazendo necessária a presença de um governo para guiar, corrigir e completar o sistema de mercado.

As unidades de governo, para poderem cobrir as falhas do mercado, e, então, fornecerem os bens e serviços públicos necessários à sociedade, precisam de recursos financeiros, que serão arrecadados junto a esta mesma sociedade.

O governo possui algumas alternativas que podem ser utilizadas para financiar os gastos que realizará na execução de suas atividades. Ele pode utilizar a emissão de moedas - opção vedada aos governos estaduais e municipais -, lançamento de títulos públicos, empréstimos bancários e a tributação.

A utilização de cada uma dessas fontes pode causar diferentes efeitos sobre às atividades econômicas. A tributação tem sido a principal fonte de financiamento dos gastos

governamentais, pois, além de financiar os gastos, pode ser utilizada para realizar política fiscal.

3.2 As Receitas Orçamentárias

As receitas orçamentárias são constituídas por recursos financeiros que o Estado tem por direito e consentimento arrecadar. Este consentimento é dado através de autorização parlamentar e representa a concordância da população em prover o Estado de recursos para financiamento dos gastos públicos.

Segundo REZENDE (2001, p.151-152):

As receitas públicas podem ser classificadas sob três óticas principais, a saber: da captação dos recursos; da origem dos recursos; e do orçamento a que estão vinculadas.

Do ponto de vista da captação, as receitas são consideradas próprias ou de transferência. Receitas próprias são arrecadadas pelas próprias entidades encarregadas de sua aplicação – por exemplo, o Imposto de Renda é uma receita própria da União, e o ICMS é uma receita própria dos Estados -, enquanto as Receitas de Transferências são as provenientes do repasse de recursos captados por outras instituições, por exemplo, o Fundo de Participação dos Estados e Municípios, que são receitas transferidas pela União a essas esferas.

Quanto à origem dos recursos, a classificação adotada no Brasil estabelece quatro principais categorias de receitas:

- a) tributária, que inclui os impostos, taxas e contribuições de melhoria;
- b) de contribuições sociais e econômicas;
- c) patrimonial, que se refere ao resultado financeiro da exploração do patrimônio público;
- d) industrial, que é proveniente da venda de mercadorias e serviços relativa à atividade de natureza empresarial;
- e) agropecuária, que inclui a receita da produção vegetal e a produção de animais e derivados;
- f) de serviços, que inclui serviços comerciais, financeiros, de transportes, de saúde, etc.

Quanto ao orçamento a que estão vinculadas, há as receitas do orçamento da seguridade social e as receitas do orçamento fiscal. As receitas de seguridade social são basicamente as contribuições definidas na Constituição Federal e as receitas diretamente arrecadadas pelos órgãos da seguridade social. As receitas do orçamento fiscal são formadas pelas receitas de impostos, de contribuições econômicas e demais receitas dos órgãos não ligados à seguridade.

No o artigo 11, a Lei nº 4320/64 estabelece a classificação da Receita Orçamentária em Receitas Correntes e Receitas de Capital. As Receitas Correntes são definidas como o

conjunto das receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, de serviços, industrial e diversas, mais os recursos obtidos mediante transferências para a aplicação em despesas correntes. Já as Receitas de Capital são aquelas provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão em espécie, de bens e direitos; os recursos recebido de outras pessoas de direito público ou privado destinados a atender despesas classificadas em despesas de capital.

A seguir apresentaremos a série histórica de receitas e despesas orçamentárias dos anos de 1950 a 1970.

3.2.1 A Série Histórica de Receitas Orçamentárias em Santa Catarina

Os dados estão atualizados a preços de 1999 e o critério de apresentação das contas públicas será o de classificação econômica, conforme a Lei 4.320/64.

**Tabela 1 - Santa Catarina – Governo Estadual - Receita Orçamentária (em R\$ 1999)
1950-1970**

ESPECIFICAÇÃO	1950	1951	1952
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			
RECEITAS CORRENTES	77.985.166,02	88.681.510,50	86.644.305,58
RECEITA TRIBUTÁRIA	76.594.331,81	84.651.287,77	85.005.282,11
IMPOSTOS	74.229.297,35	81.617.385,66	81.162.830,07
Imposto Sobre o Patrimônio e a Renda	0,00	0,00	0,00
Imposto S/a Transmissão de Bens Imóveis	3.146.655,55	4.345.623,54	4.378.206,90
Imposto Adicional sobre Lucros, Ganhos	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Capital	0,00	0,00	0,00
Imposto S/Transmissão "Causa Mortis"	535.130,01	720.188,83	711.381,80
ICMS	55.924.411,94	65.789.098,07	67.077.494,70
Estadual	0,00	0,00	0,00
Municipal	0,00	0,00	0,00
Outros Impostos	14.623.099,84	10.762.475,22	8.995.746,67
TAXAS	2.365.034,47	3.033.902,11	3.842.452,05
Taxas Pela Prestação de Serviços	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	142.374,58	373.175,50	177.587,44
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	318.569,00	540.122,03	688.594,35
RECEITAS DIVERSAS	929.890,62	3.116.925,20	772.841,68
RECEITA DE CAPITAL	393.491,90	374.946,01	340.061,85
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÕES DE BENS	393.491,90	374.946,01	340.061,85
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	78.378.657,92	89.056.456,51	86.984.367,43

(continua)

**Tabela 1 - Santa Catarina - Governo Estadual - Receita Orçamentária (em R\$ de 1999)
1950-1970**

(continuação)

ESPECIFICAÇÃO	1953	1954	1955
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			
RECEITAS CORRENTES	101.445.231,53	101.182.900,52	117.618.603,32
RECEITA TRIBUTÁRIA	99.829.866,81	99.637.121,20	116.350.799,13
IMPOSTOS	95.673.537,94	96.268.655,66	112.853.374,08
Imposto Sobre o Patrimônio e a Renda	0,00	0,00	0,00
Imposto S/a Transmissão de Bens Imóveis	4.842.021,66	4.284.851,97	4.118.016,56
Imposto Adicional sobre Lucros, Ganhos	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Capital	0,00	0,00	0,00
Imposto S/Transmissão "Causa Mortis"	638.094,90	606.602,55	964.345,22
ICMS	79.207.123,93	82.058.613,91	95.009.009,33
Estadual	0,00	0,00	0,00
Municipal	0,00	0,00	0,00
Outros Impostos	10.986.297,44	9.318.587,23	12.762.002,96
TAXAS	4.156.328,88	3.368.465,54	3.497.425,05
Taxas Pela Prestação de Serviços	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	315.386,28	365.778,89	240.032,15
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	532.177,27	475.012,77	288.362,62
RECEITAS DIVERSAS	767.801,17	704.987,65	739.409,43
RECEITA DE CAPITAL	3.343.914,53	104.830,15	268.605,55
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.117.954,02	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÕES DE BENS	225.960,51	104.830,15	268.605,55
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	104.789.146,06	101.287.730,67	117.887.208,87

(continua)

**Tabela 1 - Santa Catarina - Governo Estadual - Receita Orçamentária (em R\$ de 1999)
1950-1970**

(continuação)

ESPECIFICAÇÃO	1956	1957	1958
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			
RECEITAS CORRENTES	143.097.774,75	161.152.734,39	171.969.852,40
RECEITA TRIBUTÁRIA	141.579.446,17	159.111.468,79	167.668.247,31
IMPOSTOS	117.939.036,12	133.465.119,08	139.465.704,33
Imposto Sobre o Patrimônio e a Renda	0,00	0,00	0,00
Imposto S/a Transmissão de Bens Imóveis	4.544.935,33	5.729.581,16	5.271.676,12
Imposto Adicional sobre Lucros, Ganhos	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Capital	0,00	0,00	0,00
Imposto S/Transmissão "Causa Mortis"	788.733,29	726.386,09	939.816,73
ICMS	104.102.378,12	111.971.312,04	120.477.550,64
Estadual	0,00	0,00	0,00
Municipal	0,00	0,00	0,00
Outros Impostos	8.502.989,38	15.037.839,79	12.776.660,84
TAXAS	23.640.410,05	25.646.349,71	28.202.542,97
Taxas Pela Prestação de Serviços	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	301.925,91	846.571,91	196.388,92
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	338.956,41	253.672,96	251.976,14
RECEITAS DIVERSAS	877.446,26	941.020,72	3.853.240,03
RECEITA DE CAPITAL	234.506,66	13.848.796,89	10.130.123,95
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	13.740.574,21	9.726.112,38
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÕES DE BENS	234.506,66	108.222,68	404.011,56
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	143.332.281,40	175.001.531,28	182.099.976,34

(continua)

**Tabela 1 - Santa Catarina – Governo Estadual – Receita Orçamentária (em R\$ de 1999)
1950-1970**

(continuação)

ESPECIFICAÇÃO	1959	1960	1961
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			
RECEITAS CORRENTES	186.287.264,90	210.963.048,02	239.602.952,42
RECEITA TRIBUTÁRIA	183.684.812,09	208.541.670,43	237.514.179,35
IMPOSTOS	136.493.101,54	208.541.670,43	166.798.741,66
Imposto Sobre o Patrimônio e a Renda	0,00	0,00	0,00
Imposto S/a Transmissão de Bens Imóveis	4.465.713,26	0,00	4.650.307,59
Imposto Adicional sobre Lucros, Ganhos	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Capital	0,00	0,00	0,00
Imposto S/Transmissão "Causa Mortis"	779.422,74	0,00	709.621,10
ICMS	116.864.815,16	0,00	142.222.532,50
Estadual	0,00	0,00	0,00
Municipal	0,00	0,00	0,00
Outros Impostos	14.383.150,38	0,00	19.216.280,47
TAXAS	47.191.710,55	0,00	70.715.437,69
Taxas Pela Prestação de Serviços	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	664.961,20	1.040.488,18	884.260,50
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	188.664,26	0,00	123.115,12
RECEITAS DIVERSAS	1.748.827,34	1.380.889,41	1.081.397,45
RECEITA DE CAPITAL	203.926,87	477.250,06	124.392,68
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÕES DE BENS	203.926,87	314.069,44	124.392,68
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	0,00	163.180,63	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	186.491.191,77	211.440.298,08	239.727.345,10

(continua)

**Tabela 1 - Santa Catarina – Governo Estadual – Receita Orçamentária (em R\$ de 1999)
1950-1970**

(continuação)

ESPECIFICAÇÃO	1962	1963	1964
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			
RECEITAS CORRENTES	282.373.931,11	328.757.044,26	336.860.259,95
RECEITA TRIBUTÁRIA	279.384.036,98	305.077.115,60	303.674.404,87
IMPOSTOS	182.200.438,80	181.339.733,47	181.654.121,09
Imposto Sobre o Patrimônio e a Renda	0,00	0,00	0,00
Imposto S/a Transmissão de Bens Imóveis	542,06	0,00	468.283,79
Imposto Adicional sobre Lucros, Ganhos	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Capital	0,00	0,00	0,00
Imposto S/Transmissão "Causa Mortis"	516.281,89	615.436,42	0,00
ICMS	164.922.783,05	163.736.325,51	161.009.791,41
Estadual	0,00	0,00	0,00
Municipal	0,00	0,00	0,00
Outros Impostos	16.760.831,80	16.987.971,54	20.176.045,89
TAXAS	97.183.598,18	123.737.382,13	122.020.283,77
Taxas Pela Prestação de Serviços	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	757.880,50	718.188,39	383.724,40
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	77.461,48	18.777.549,57	22.581.450,14
RECEITAS DIVERSAS	2.154.552,15	4.184.190,70	10.220.680,54
RECEITA DE CAPITAL	16.928.462,05	9.128.008,46	258.351,29
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	16.909.073,06	9.049.372,21	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÕES DE BENS	19.388,99	78.636,26	258.351,29
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	299.302.393,16	337.885.052,72	337.118.611,24

(continua)

**Tabela 1 - Santa Catarina – Governo Estadual – Receita Orçamentária (em R\$ de 1999)
1950-1970**

(continuação)

ESPECIFICAÇÃO	1965	1966	1967
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			
RECEITAS CORRENTES	347.076.596,37	376.770.967,22	370.065.715,69
RECEITA TRIBUTÁRIA	310.216.560,17	336.580.348,90	316.981.746,24
IMPOSTOS	188.366.750,67	195.412.665,19	299.529.659,25
Imposto Sobre o Patrimônio e a Renda	0,00	0,00	0,00
Imposto S/a Transmissão de Bens Imóveis	0,00	584.370,76	2.494.270,06
Imposto Adicional sobre Lucros, Ganhos	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Capital	0,00	0,00	0,00
Imposto S/Transmissão "Causa Mortis"	470.189,54	0,00	0,00
ICMS	162.149.019,67	185.302.196,04	285.849.575,67
Estadual	0,00	0,00	0,00
Municipal	0,00	0,00	0,00
Outros Impostos	25.747.541,46	9.526.098,40	11.185.813,53
TAXAS	121.849.809,50	141.167.683,70	17.452.086,99
Taxas Pela Prestação de Serviços	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	257.275,61	131.194,92	628.914,65
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	33.808.426,73	38.006.404,19	44.679.187,31
RECEITAS DIVERSAS	2.794.333,86	2.053.019,21	7.775.867,49
RECEITA DE CAPITAL	21.686.100,32	3.907.187,83	30.804.531,83
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	20.876.218,70	3.517.008,26	23.232.451,70
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÕES DE BENS	806.214,91	387.703,83	421.808,17
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	3.666,72	2.475,74	7.150.271,97
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	368.762.696,69	380.678.155,05	400.870.247,52

(continua)

**Tabela 1 - Santa Catarina – Governo Estadual – Receita Orçamentária (em R\$ de 1999)
1950-1970**

(conclusão)

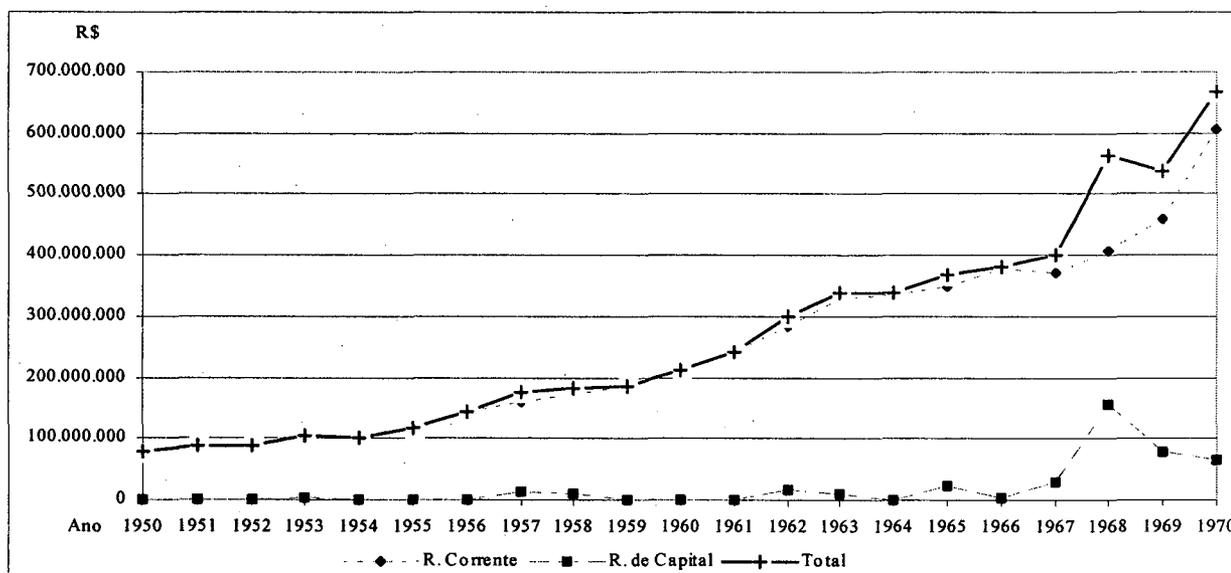
ESPECIFICAÇÃO	1968	1969	1970
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			
RECEITAS CORRENTES	406.735.037,04	457.785.839,74	604.735.804,50
RECEITA TRIBUTÁRIA	383.794.768,29	428.067.211,13	560.295.653,22
IMPOSTOS	365.757.183,91	406.856.968,48	533.376.502,33
Imposto Sobre o Patrimônio e a Renda	0,00	0,00	0,00
Imposto S/a Transmissão de Bens Imóveis	3.329.863,83	3.310.306,74	3.292.191,60
Imposto Adicional sobre Lucros, Ganhos	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Capital	0,00	0,00	0,00
Imposto S/Transmissão “Causa Mortis”	0,00	0,00	0,00
ICMS	360.124.968,66	402.541.458,93	529.512.314,84
Estadual	0,00	0,00	0,00
Municipal	0,00	0,00	0,00
Outros Impostos	2.302.351,42	1.005.202,81	571.995,88
TAXAS	18.037.584,38	21.210.242,65	26.919.150,89
Taxas Pela Prestação de Serviços	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	1.757.698,96	3.083.446,81	3.762.025,40
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.968.708,73	5.049.120,76	20.537.321,73
RECEITAS DIVERSAS	16.213.861,07	21.586.061,04	20.140.804,14
RECEITA DE CAPITAL	155.696.862,76	79.296.424,66	63.894.365,10
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	80.208.431,48	2.309.190,91	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÕES DE BENS	511.198,84	732.245,88	644.829,93
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	74.977.232,44	76.254.987,87	63.249.535,18
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	562.431.899,81	537.082.264,40	668.630.169,60

Fonte: Elaborada pelo Autor a partir do Anexo C.

3.2.2 A Evolução das Receitas Orçamentárias

A evolução dos principais componentes da receita orçamentária de Santa Catarina está mostrada nas tabelas nº 1 e 2 e ilustrada nos gráficos nº 1 e 3. A arrecadação das receitas orçamentárias sofreu quedas nos anos de 1952, 1954 e 1969, sendo 1969 a maior baixa, quando comparadas ao ano anterior. Em 1964, a arrecadação manteve-se estável. Nos outros anos, as receitas apresentaram elevação de arrecadação, crescendo a uma média anual de 10,75%.

**Gráfico 1 – Santa Catarina - Governo Estadual – Receitas Orçamentárias
1950-1970**



Fonte: Elaborado pelo Autor a partir da tabela 2

O Plano de Obras do Estado (POE), implantado a partir de 1955, foi financiado pelo acréscimo de 20% na alíquota do Imposto sobre Vendas e Consignações (IVC) e pela criação de outras taxas¹⁵. O Plano de Metas do Governo (PLAMEG), implantado a partir de 1961, também segue uma forma de financiamento semelhante.

¹⁵ A partir de 1958 aparece a taxa do Plano de Obras e Equipamentos, e a taxa de Investimentos, em 1959.

**Tabela 2 - Santa Catarina – Governo Estadual - Receitas Correntes e de Capital
1950-1970**

(Em R\$ 1.000)

Ano	RS Receita Total (A)	Evolução Receita Total t-1=100	Evolução ^a R.T. s/Ano Anterior (%)	Evolução Receita s/1950 (%)	RS Receita Corrente (B)	% (B)/(A)	RS Receita de Capital (C)	% (C)/(A)
1950	78.379	100,00	0,00	100,00	77.985	99,50	393	0,50
1951	89.056	113,62	13,62	113,62	88.682	99,58	375	0,42
1952	86.984	97,67	-14,04	110,98	86.644	99,61	340	0,39
1953	104.789	120,47	23,34	133,70	101.445	96,81	3.344	3,19
1954	101.288	96,66	-19,76	129,23	101.183	99,90	105	0,10
1955	117.887	116,39	20,41	150,41	117.619	99,77	269	0,23
1956	143.332	121,58	4,46	182,87	143.098	99,84	235	0,16
1957	175.002	122,09	0,42	223,28	161.153	92,09	13.849	7,91
1958	182.100	104,06	-14,77	232,33	171.970	94,44	10.130	5,56
1959	186.491	102,41	-1,58	237,94	186.287	99,89	204	0,11
1960	211.440	113,38	10,71	269,77	210.963	99,77	477	0,23
1961	239.727	113,38	0,00	305,86	239.603	99,95	124	0,05
1962	299.302	124,85	10,12	381,87	282.374	94,34	16.928	5,66
1963	337.885	112,89	-9,58	431,09	328.757	97,30	9.128	2,70
1964	337.119	99,77	-11,62	430,12	336.860	99,92	258	0,08
1965	368.763	109,39	9,64	470,49	347.077	94,12	21.686	5,88
1966	380.678	103,23	-5,63	485,69	376.771	98,97	3.907	1,03
1967	400.870	105,30	2,01	511,45	370.066	92,32	30.805	7,68
1968	562.432	140,30	33,24	717,58	406.735	72,32	155.697	27,68
1969	537.082	95,49	-31,94	685,24	457.786	85,24	79.296	14,76
1970	668.630	124,49	30,37	853,08	604.736	90,44	63.894	9,56

Fonte: Elaborada pelo Autor a partir do Anexo C.

Notas: ^aVarição da Receita Total sobre o Ano Anterior – Base Móvel

Podemos, ainda, destacar a importância das Receitas Correntes como principal fonte de recursos de financiamento das despesas públicas no período. Sua arrecadação gira em torno de uma média anual de 98% do total das receitas até 1961. Nos anos restantes da série, seus percentuais caem um pouco em relação aos números das Receitas de Capital, mas a sua arrecadação continua a crescer em valores absolutos.

A relação entre as Receitas Correntes e Receitas de Capital na composição total das Receitas Orçamentárias auferidas é percebido que até 1961 as Receitas de Capital

praticamente não existiam, pois não chegavam a representar em média 2 %, com exceção dos anos de 1957 e 1958, que apresentaram percentuais de 7,91 e 5,56%, respectivamente. De 1962 a 1966, esta percentagem se eleva para situar-se em uma média anual de 3 %. A partir daí, as Receitas de Capital começam a ter ponderável expressão, aproximando-se de uma média de 15% sobre a Receita Total.

O crescimento das Receitas de Capital deve-se a operações de crédito tomadas pelo Governo durante os anos de 53, 57, 58 e 62 a 67. Já nos anos de 68 a 70, além da continuação da tomada de crédito, as transferências provenientes do Governo Federal passam a exercer importância decisiva no aumento na composição das receitas. O fator mais importante a ser considerado nessa nova composição das receitas orçamentárias diz respeito à mudança de perfil dos componentes de financiamento dos gastos públicos, que de agora em diante não serão somente dependentes das receitas tributárias, mas também de componentes cuja arrecadação são mais incertas e onerosas, além de estarem fora do controle da Unidade Governamental. GIAMBIAGI E ALÉM (2000, p. 252) mostra a participação dos Estados no total das arrecadações públicas:

Em 1960, os Estados tinham uma participação próxima de 31% na arrecadação total de tributos e de 34% do total disponível para as transferências federais. Já em 1966, na época da reforma tributária, os governos estaduais detinham 35% dos recursos disponíveis. Mas após 1966, os Estados sofreram limitações adicionais ao seu poder de tributar e, em 1968, as transferências federais foram restringidas. A partir de 1969, foi estabelecido que os recursos destinados aos Estado e municípios através de fundos teriam vinculações definidas pela esfera federal, com destaque para as despesas de capital.

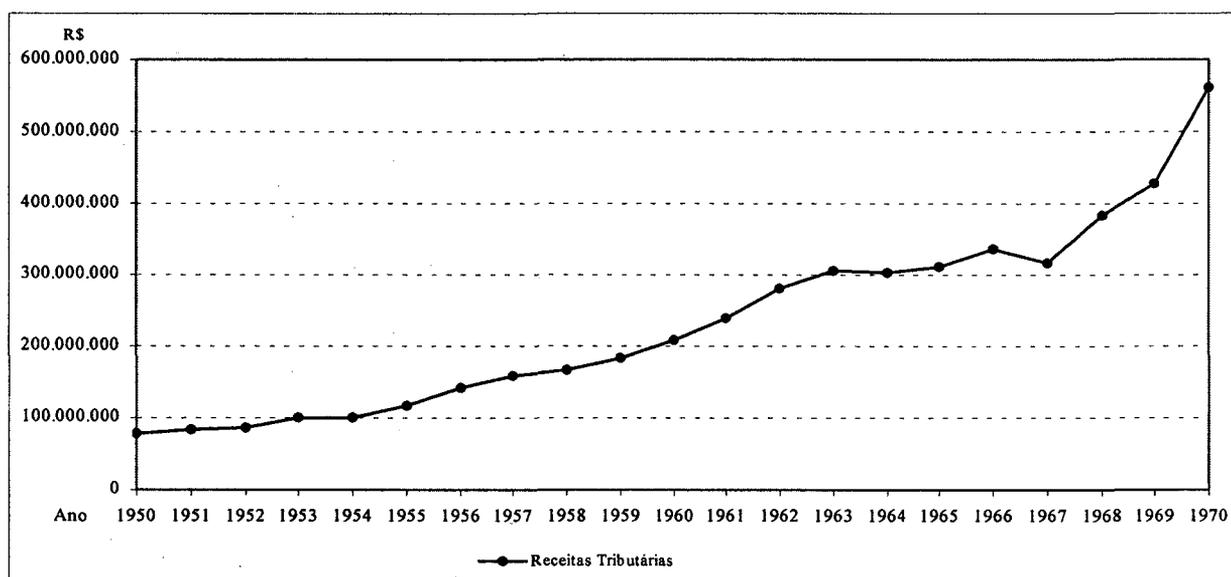
Outro fator importante a ressaltar é que o aparecimento freqüente das Operações de Crédito significa que o estoque da dívida pública está aumentando. As finanças públicas que pareciam estar sob controle do governo durante toda a década de 50, começam a dar sinais de deterioração na década de 60.

Em relação, ainda, à participação da Receita Corrente no total da arrecadação, podemos afirmar que esta vai decrescendo com o passar dos exercícios em termos relativos, mas mantém-se em uma trajetória de crescimento em valores absolutos. O mesmo não se pode

afirmar sobre os valores da Receita de Capital, que quase desaparecem sem as tomadas de empréstimos, exceto pelo aparecimento das transferências federais a partir de 1967.

Com a finalidade de poder medir melhor a evolução econômica catarinense no período, analisarei a evolução das receitas tributárias ao invés da receita total, pois a receita tributária pode servir como um indicador de mudanças econômicas.

**Gráfico 2 – Santa Catarina – Governo Estadual – Receitas Tributárias
1950-1970**



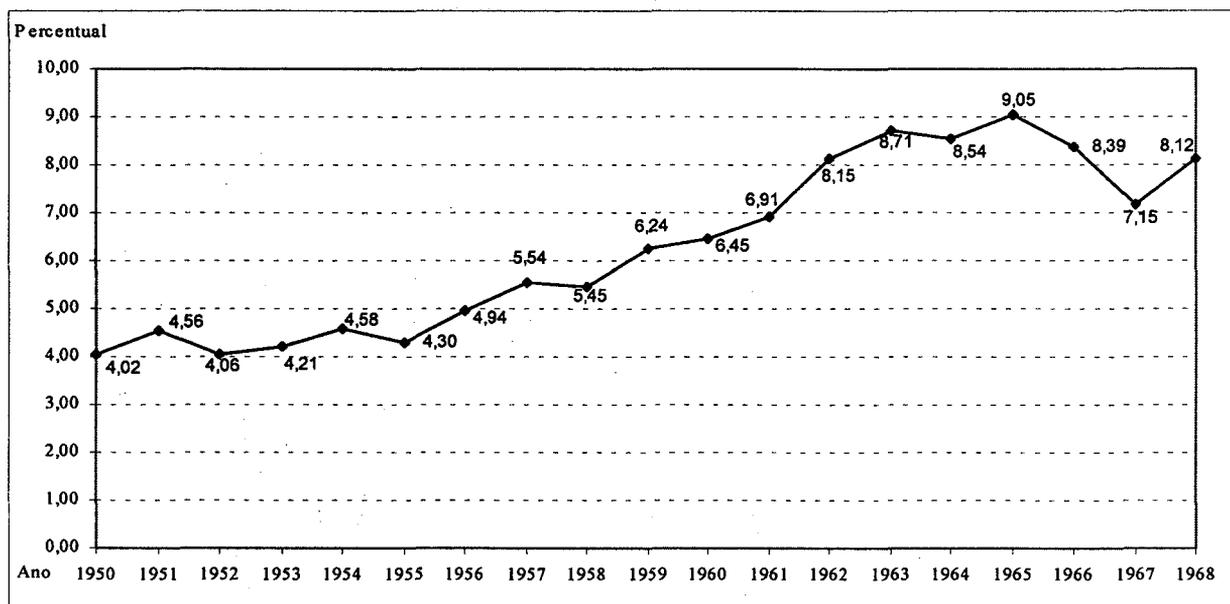
Fonte: Elaborado pelo Autor a partir da tabela 1

Observando o gráfico nº 2, constata-se que apenas em quatro anos da série não houve crescimento na arrecadação tributária. Destes quatro anos, afirmamos que em 1952, 1954 e 1964 as arrecadações permaneceram estáveis, mas em 1967 a queda foi muito acentuada. No ano de 1964, a estabilidade é o reflexo das restrições econômicas impostas pelo Regime Militar e, no ano de 1967, a queda acentuada de arrecadação é causada pelas mudanças decorrentes da reforma tributária promovida em 1966.

Na evolução da Receita Tributária no período de 1950 a 1970, percebe-se, mesmo com as oscilações apontadas, uma tendência forte de crescimento nos recolhimentos de impostos e taxas, com elevação média anual de 8,85%. A economia passa por um período de taxas de crescimento econômico excepcionais no Brasil e no Estado, mas mesmo assim o setor produtivo pode estar sendo penalizado pelo aumento da carga tributária. Veremos na

seqüência uma comparação da evolução das receitas tributárias sobre a Renda Interna Catarinense¹⁶ entre 1950 a 1968.

Gráfico 3 – Santa Catarina – Governo Estadual - Receitas Tributárias em Relação à Renda Interna Catarinense – 1950-1968



Fonte: Elaborado pelo Autor a partir do anexo E

O gráfico 3 ilustra que a participação das Receitas Tributárias na Renda Interna de Santa Catarina dobrou durante o período de 1950 a 1968, com crescimento mais intenso a partir de 1958. São evidentemente reflexos das formas de financiamento dos projetos de desenvolvimento, pois só em 1955 a alíquota do IVC foi acrescida de 20%. Os números deixam claro uma tendência de crescimento da participação tributária na Renda Interna durante toda a trajetória. Mas mesmo em 1966 e 1967, quando ocorreram quedas acentuadas nas taxas de participação, argumentamos que essas quedas ocorreram por causa de mudanças no sistema tributário, que foram promovidas pelo Governo Militar. Uma carga tributária muito dependente dos impostos sobre a produção e circulação de serviços onera a eficiência do sistema econômico. Segundo a maioria dos autores, a tributação sobre a renda seria a forma mais eficiente para a cobrança de imposto, pois a mesma não interfere na formação dos preços nos mercados de bens e serviços. Segundo REZENDE (2001, p.174): “Seria uma espécie de tributação de qualidade superior, principalmente do ponto de vista da eficiência econômica. As

¹⁶ Não encontramos os valores relativos aos anos de 1969 e 1970.

reduções dos impostos que oneram os custos de produção podem servir de estímulo para o aumento da oferta, decorrente do maior incentivo ao investimento, a produtividade e o lucro, tornando possível a redução dos preços e a elevação da taxa de emprego”.

3.3 As Despesas Orçamentárias

Dando continuação a nossa demonstração, vamos mostrar a série histórica relacionada às despesas públicas de Santa Catarina entre 1950 e 1970. Os dados relacionados às despesas foram, também, coletados nos Balanços Gerais do Estado, que estão arquivados na Contadoria da Secretaria da Fazenda de Santa Catarina.

Segundo RIANI (1997, p.69-70):

As despesas do Governo, se caracterizam, às vezes, por falta de recursos crescentes em todos os setores; e com isso tem que financiar os seus gastos, tanto de investimentos, quanto de consumo. E sobre este ponto de vista o governo dispõe de algumas formas de financiamento dos seus gastos, ou seja: emissão de moeda, cobrança de taxas pelos bens e serviços oferecidos, a imposição de tributos ou a elevação das alíquotas dos impostos já existentes e a efetuação de operações de créditos tendo assim a formação de uma dívida.

A Despesa Pública Orçamentária é o gasto da arrecadação pública autorizada pelo Poder Legislativo competente, com o fim de cobrir uma determinação prevista no orçamento.

RIANI (1997, p. 70) assim se refere aos gastos públicos: “Estes gastos constituem-se na principal peça de atuação do governo. Através delas o governo estabelece uma série de prioridades no que se refere a prestação de serviços públicos básicos e aos investimentos a serem realizados”.

Segundo Rezende (2001, p.67):

Os gastos públicos podem ser classificados sob três óticas principais, a saber: da finalidade do gasto; da natureza do dispêndio; e do agente encarregado da execução. Quanto à finalidade, os gastos são normalmente classificados em funções, programas e subprogramas, dependendo do grau de agregação adotado. A classificação das despesas por funções é necessária para a efetiva implantação da técnica do orçamento-programa, que objetiva aumentar a eficiência e a eficácia na programação dos gastos governamentais. Quanto à natureza do gasto, costuma-se identificar quatro principais categorias econômicas de despesa: custeio, investimento, transferência e inversões financeiras.

A classificação das despesas por categoria econômica inspira-se no esquema estabelecido na Contabilidade Social e, também, objetiva

dimensionar a participação do gasto governamental nos principais agregados da análise macroeconômica.

No seu artigo 12, a Lei 4320/64 classifica as despesas em duas categorias: Despesas Correntes e Despesas de Capital.

As Despesas Correntes possuem as seguintes subcategorias:

- a) despesas de custeio, que trata de todas as dotações para a manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis; e
- b) transferência de capital, que trata das dotações para despesas as quais não correspondam contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender a manifestação de outras entidades de direito público ou privado.

As Despesas de Capital são as seguintes:

- a) investimentos - trata-se das dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização desta última, bem como para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro;
- b) inversões financeiras – trata-se das dotações destinadas à aquisição de imóveis, aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades, e constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros;
- c) transferência de capital – trata-se das dotações para investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços, constituindo essas transferências auxílios ou contribuições, segundo derivem diretamente da Lei de Orçamento ou de Lei especialmente anterior, bem como as dotações para amortização da dívida pública.

A seguir, mostraremos uma série de demonstrativos contábeis com as despesas orçamentárias relativa aos anos de 1950 a 1970.

3.3.1 A Série Histórica de Despesas Orçamentárias em Santa Catarina

Os valores estão atualizados a preços de 1999 e o critério de apresentação das contas públicas será o de classificação econômica, conforme a Lei 4.320/64.

Tabela 3 - Santa Catarina - Governo Estadual - Despesa Orçamentária (em R\$ de 1999)
1950-1970

ESPECIFICAÇÃO	1950	1951	1952
DESPESA ORÇAMENTÁRIA			
DESPESAS CORRENTES	66.940.738,03	70.334.059,26	72.023.503,77
DESPESAS DE CUSTEIO	46.356.025,66	50.856.098,25	44.426.033,62
Pessoal	37.487.784,22	30.915.057,49	38.427.564,15
Serviços de Terceiros e Encargos	0,00	0,00	0,00
Diversas Despesas de Custeio	8.868.241,44	19.941.040,76	5.998.469,47
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	20.584.712,36	19.477.961,02	27.597.470,14
Transferências Intragovernamentais	4.700.707,76	3.082.236,54	4.254.766,99
Transferências Operacionais	0,00	0,00	0,00
Subvenções Sociais	0,00	0,00	0,00
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00
Transferência a pessoas	0,00	0,00	0,00
Inativos	3.105.809,25	3.194.950,25	3.666.914,26
Pensionistas	0,00	0,00	0,00
Salário família	2.966.267,78	2.481.791,71	2.422.973,66
Outras Transferências a pessoas	0,00	0,00	0,00
Encargos da Dívida Pública	2.939.223,83	3.320.784,08	4.194.498,18
Contribuição de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Diversas Transferências Correntes	6.872.703,74	7.398.198,42	13.058.317,05
DESPESAS DE CAPITAL	16.307.597,51	17.575.996,83	14.224.250,93
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	438.998,79	949.999,03	1.695.017,73
Amortização da Dívida Pública	438.998,79	949.999,03	1.695.017,73
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL^a	15.868.598,72	16.625.997,80	12.529.233,20
TOTAL GERAL	83.248.335,54	86.960.057,07	86.247.754,70

(continua)

Tabela 3 - Santa Catarina – Governo Estadual - Despesa Orçamentária (em R\$ de 1999)**1950-1970**

(continuação)

ESPECIFICAÇÃO	1953	1954	1955
DESPESA ORÇAMENTÁRIA			
DESPESAS CORRENTES	90.652.608,99	81.678.943,64	90.793.971,43
DESPESAS DE CUSTEIO	56.288.646,48	57.758.737,28	57.023.276,48
Pessoal	49.290.370,07	40.145.294,87	41.512.942,02
Serviços de Terceiros e Encargos	0,00	0,00	0,00
Diversas Despesas de Custeio	6.998.276,42	17.613.442,41	15.510.334,46
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	34.363.962,50	23.920.206,37	33.770.694,95
Transferências Intragovernamentais	0,00	6.984.247,41	9.809.443,35
Transferências Operacionais	0,00	0,00	0,00
Subvenções Sociais	0,00	0,00	0,00
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00
Transferência a pessoas	0,00	0,00	0,00
Inativos	0,00	4.025.378,33	5.167.313,44
Pensionistas	0,00	0,00	0,00
Salário família	0,00	629.636,93	540.994,15
Outras Transferências a pessoas	0,00	0,00	0,00
Encargos da Dívida Pública	5.008.053,85	3.707.499,87	3.356.841,81
Contribuição de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Diversas Transferências Correntes	29.355.908,65	8.573.443,82	14.896.102,20
DESPESAS DE CAPITAL	9.736.277,92	22.273.899,35	24.608.126,18
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.011.094,33	1.381.696,17	1.525.592,57
Amortização da Dívida Pública	2.011.094,33	1.381.696,17	1.525.592,57
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL^a	7.725.183,59	20.892.203,18	23.082.533,61
TOTAL GERAL	100.388.886,90	103.952.843,00	115.402.097,61

(continua)

Tabela 3 - Santa Catarina – Governo Estadual - Despesa Orçamentária (em R\$ de 1999)
1950-1970

(continuação)

ESPECIFICAÇÃO	1956	1957	1958
DESPESA ORÇAMENTÁRIA			
DESPESAS CORRENTES	111.648.055,23	149.866.881,36	178.551.729,28
DESPESAS DE CUSTEIO	63.123.798,06	88.068.150,67	110.733.334,85
Pessoal	44.111.071,38	73.439.363,77	82.409.495,31
Serviços de Terceiros e Encargos	0,00	0,00	0,00
Diversas Despesas de Custeio	19.012.726,68	14.628.786,91	28.323.839,54
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	48.524.257,17	61.798.730,69	67.818.394,43
Transferências Intragovernamentais	10.270.492,10	18.669.333,67	0,00
Transferências Operacionais	0,00	0,00	0,00
Subvenções Sociais	0,00	0,00	0,00
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00
Transferência a pessoas	0,00	0,00	0,00
Inativos	5.585.961,11	9.597.282,43	0,00
Pensionistas	0,00	0,00	0,00
Salário família	451.897,98	555.918,90	0,00
Outras Transferências a pessoas	0,00	0,00	0,00
Encargos da Dívida Pública	1.238.552,17	1.239.063,08	2.310.428,04
Contribuição de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Diversas Transferências Correntes	30.977.353,81	31.737.132,59	65.507.966,39
DESPESAS DE CAPITAL	25.198.255,61	28.678.796,29	20.495.710,77
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.539.565,25	1.135.933,02	571.002,74
Amortização da Dívida Pública	1.539.565,25	1.135.933,02	571.002,74
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL^a	23.658.690,36	27.542.863,27	19.924.708,03
TOTAL GERAL	136.846.310,84	178.545.677,65	199.047.440,05

(continua)

Tabela 3 - Santa Catarina – Governo Estadual - Despesa Orçamentária (em R\$ de 1999)
1950-1970

(continuação)

ESPECIFICAÇÃO	1959	1960	1961
DESPEZA ORÇAMENTÁRIA			
DESPESAS CORRENTES	175.763.892,97	111.972.774,98	233.831.981,39
DESPESAS DE CUSTEIO	118.222.997,65	105.407.254,15	191.315.455,94
Pessoal	70.397.872,62	90.459.373,51	114.347.379,20
Serviços de Terceiros e Encargos	0,00	4.867.174,90	0,00
Diversas Despesas de Custeio	47.825.125,04	10.080.705,74	76.968.076,75
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	57.540.895,32	6.565.520,83	42.516.525,45
Transferências Intragovernamentais	0,00	0,00	0,00
Transferências Operacionais	0,00	0,00	0,00
Subvenções Sociais	0,00	518.386,66	0,00
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00
Transferência a pessoas	0,00	0,00	0,00
Inativos	0,00	0,00	0,00
Pensionistas	0,00	0,00	0,00
Salário família	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências a pessoas	0,00	0,00	0,00
Encargos da Dívida Pública	3.525.096,44	954.390,87	2.792.442,08
Contribuição de Previdência Social	0,00	585.745,79	0,00
Diversas Transferências Correntes	54.015.798,88	4.506.997,52	39.724.083,37
DESPESAS DE CAPITAL	8.696.201,79	57.074.103,54	32.556.100,76
INVESTIMENTOS	0,00	11.414.777,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	5.707.388,50	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	358.119,10	39.951.938,03	236.060,29
Amortização da Dívida Pública	358.119,10	0,00	236.060,29
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL^a	8.338.082,69	0,00	32.320.040,47
TOTAL GERAL	184.460.094,75	169.046.878,52	266.388.082,16

(continua)

**Tabela 3 - Santa Catarina – Governo Estadual - Despesa Orçamentária (em R\$ de 1999)
1950-1970**

(continuação)

ESPECIFICAÇÃO	1962	1963	1964
DESPESA ORÇAMENTÁRIA			
DESPESAS CORRENTES	187.348.457,80	208.767.662,05	195.009.615,61
DESPESAS DE CUSTEIO	139.087.145,08	135.288.596,19	146.023.946,89
Pessoal	122.677.956,70	124.182.954,99	123.483.945,72
Serviços de Terceiros e Encargos	0,00	0,00	11.578.341,60
Diversas Despesas de Custeio	16.409.188,37	11.105.641,21	10.961.659,58
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	48.261.312,73	73.479.065,85	48.985.668,72
Transferências Intragovernamentais	0,00	0,00	0,00
Transferências Operacionais	0,00	0,00	0,00
Subvenções Sociais	0,00	0,00	6.882.516,76
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00
Transferência a pessoas	0,00	0,00	0,00
Inativos	0,00	0,00	15.664.060,92
Pensionistas	0,00	0,00	438.843,25
Salário família	0,00	0,00	1.363.288,71
Outras Transferências a pessoas	0,00	0,00	0,00
Encargos da Dívida Pública	4.261.223,72	13.426.850,42	65.986,10
Contribuição de Previdência Social	0,00	0,00	6.830.701,05
Diversas Transferências Correntes	44.000.089,01	60.052.215,43	17.740.271,94
DESPESAS DE CAPITAL	99.547.171,43	120.174.523,23	165.396.916,97
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	131.905.327,72
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	10.499.903,25
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	159.075,15	0,00	22.991.686,00
Amortização da Dívida Pública	159.075,15	0,00	358.397,19
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	22.633.288,81
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL^a	99.388.096,28	120.174.523,23	0,00
TOTAL GERAL	286.895.629,23	328.942.185,28	360.406.532,58

(continua)

**Tabela 3 - Santa Catarina – Governo Estadual - Despesa Orçamentária (em R\$ de 1999)
1950-1970**

(continuação)

ESPECIFICAÇÃO	1965	1966	1967
DESPESA ORÇAMENTÁRIA			
DESPESAS CORRENTES	224.518.967,08	259.229.324,57	241.684.190,22
DESPESAS DE CUSTEIO	160.687.807,40	178.489.578,90	180.656.312,37
Pessoal	132.896.562,56	147.678.039,99	154.010.891,14
Serviços de Terceiros e Encargos	14.140.988,67	18.111.476,87	12.304.087,71
Diversas Despesas de Custeio	13.650.256,16	12.700.062,03	14.341.333,52
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	63.831.159,69	80.739.745,67	61.027.877,85
Transferências Intragovernamentais	0,00	0,00	0,00
Transferências Operacionais	0,00	0,00	0,00
Subvenções Sociais	7.869.152,26	11.531.254,14	8.213.377,41
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00
Transferência a pessoas	0,00	0,00	0,00
Inativos	19.951.679,84	20.888.956,53	25.827.350,93
Pensionistas	1.092.296,12	1.061.871,73	1.102.155,82
Salário família	8.250.028,10	11.197.361,26	11.632.730,50
Outras Transferências a pessoas	0,00	0,00	0,00
Encargos da Dívida Pública	1.029.901,26	1.103.728,09	2.715.593,47
Contribuição de Previdência Social	6.218.201,67	4.521.086,24	318.954,98
Diversas Transferências Correntes	19.419.900,44	30.435.487,69	11.217.714,72
DESPESAS DE CAPITAL	187.424.044,14	129.173.178,63	114.433.147,94
INVESTIMENTOS	14.866.296,75	7.567.846,55	14.005.225,41
INVERSÕES FINANCEIRAS	14.847.282,78	8.624.805,70	2.579.513,63
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	157.710.464,61	112.980.526,38	97.848.408,90
Amortização da Dívida Pública	340.529,68	5.635.819,00	1.324.094,90
Outras Transferências de Capital	157.369.934,93	107.344.707,38	96.524.314,00
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL^a	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	411.943.011,22	388.402.503,20	356.117.338,15

(continua)

**Tabela 3 - Santa Catarina – Governo Estadual - Despesa Orçamentária (em R\$ de 1999)
1950-1970**

(conclusão)

ESPECIFICAÇÃO	1968	1969	1970
DESPESA ORÇAMENTÁRIA			
DESPESAS CORRENTES	268.968.308,01	314.597.752,25	450.115.081,32
DESPESAS DE CUSTEIO	199.163.368,12	230.474.594,78	279.415.585,93
Pessoal	172.395.865,40	201.555.601,51	238.497.164,90
Serviços de Terceiros e Encargos	13.104.424,47	14.324.214,34	23.317.009,40
Diversas Despesas de Custeio	13.663.078,26	14.594.778,93	17.601.411,63
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	69.804.939,88	84.123.157,48	170.699.495,39
Transferências Intragovernamentais	0,00	0,00	0,00
Transferências Operacionais	0,00	0,00	0,00
Subvenções Sociais	8.291.930,69	9.346.776,87	2.097.426,58
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00
Transferência a pessoas	0,00	0,00	0,00
Inativos	34.033.264,23	40.734.072,96	51.041.172,37
Pensionistas	1.544.487,71	2.025.302,11	2.099.240,11
Salário família	9.568.109,63	11.917.938,39	14.044.451,28
Outras Transferências a pessoas	0,00	0,00	0,00
Encargos da Dívida Pública	2.058.815,23	1.838.055,55	3.865.526,57
Contribuição de Previdência Social	2.570.893,09	3.096.966,90	2.834.963,42
Diversas Transferências Correntes	11.737.439,31	15.164.044,70	94.716.715,06
DESPESAS DE CAPITAL	254.597.886,05	228.807.279,62	236.375.486,30
INVESTIMENTOS	16.453.892,60	20.604.570,68	18.932.456,78
INVERSÕES FINANCEIRAS	1.328.938,61	17.473.717,66	8.345.917,63
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	236.815.054,84	190.728.991,28	209.097.111,89
Amortização da Dívida Pública	7.231.439,32	5.527.770,18	11.957.607,78
Outras Transferências de Capital	229.583.615,52	185.201.221,10	197.139.504,11
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL^a	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	523.566.194,06	543.405.031,88	686.490.567,62

Fonte: Elaborada pelo Autor a partir do Anexo D

Nota: ^aAs despesas de capital foram discriminadas por despesas diversas e despesas de material permanente até o ano de 1963, conforme classificação do Decreto-Lei 2.416/40. A partir de 1964, a classificação está amparada pela Lei 4.320/64.

3.3.2 A Evolução das Despesas Orçamentárias

A tabela 4 mostra que, no período de 1950 a 1970, as despesas orçamentárias apresentaram um quadro oscilante, mas mantiveram uma tendência real de elevação dos gastos públicos, com um crescimento médio anual de 10,57%. Apresentou duas quedas bruscas nos anos de 1959-60 e 1966-67, subindo significativamente nos exercícios seguintes. Os balanços orçamentários nos revelam que, em 1959, houve uma queda acentuada da conta de capital e, em 1960, ocorre uma redução nas transferências correntes. Já nos anos de 1966 e 1967, as despesas de capital foram, consecutivamente, diminuídas em relação aos exercícios anteriores. Nos dois casos, fica claro que o governo reduziu suas transferências orçamentárias para poder diminuir o montante das despesas nesses anos.

O desempenho das receitas em relação às ocorridas no ano anterior mostram uma variação muito grande. Os números da primeira metade do período, sobem e caem em um ritmo muito próximo, com um aparente quadro compensatório, mas o mesmo não pode ser dito sobre a segunda metade, pois apenas em 1961 as despesas evoluem 71,95% sobre a anterior. O ano se caracteriza pela implantação do PLAMEG e de mudanças na estrutura de governo. O outro ano de subida brusca das despesas foi 1968, com taxa de 60,35%. Era o período de altas inversões financeiras do Estado na economia pelo PLAMEG II, impulsionadas pelo “boom” econômico do milagre brasileiro. O Brasil e Santa Catarina cresceram economicamente com taxas recordes. Nos dois anos de elevação recorde das despesas, acontece no ano seguinte uma queda média de 30% nas despesas, o que significa que são gastos provocados pelas despesas de capital.

A comparação da evolução das despesas em relação ao primeiro ano, 1950, mostra um crescimento acentuado, com ênfase para os anos da década de 60. O último ano da série representa 8,24 vezes o montante da despesa do início da série.

Agrupados os gastos públicos em despesas correntes e de capital (tabela 4 e gráfico 4), percebe-se que, durante toda a década de 50, as primeiras representavam cerca de 80% das despesas totais. Na década seguinte, a participação das despesas correntes cai para uma média de 63%, concluindo-se que há uma elevação significativa na participação das despesas de capital.

**Tabela 4 – Santa Catarina – Governo Estadual - Despesas Correntes e de Capital
1950-1970**

(Em R\$ 1.000)

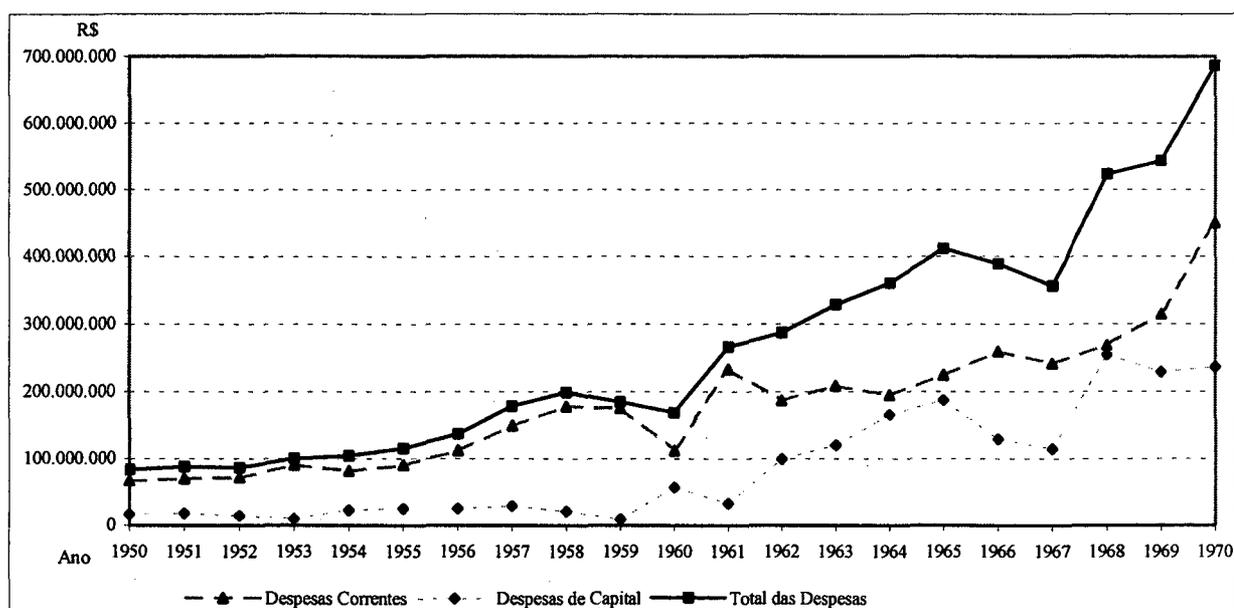
Ano	RS Despesa Total (A)	Evolução Despesa Total t-1=100	Evolução ^a D.T.s/Ano Anterior (%)	Evolução Despesa s/1950 (%)	RS Despesas Correntes (B)	% (B)/(A)	RS Despesas de Capital (C)	% (C)/(A)
1950	83.248	100,00	0,00	100,00	66.941	80,41	16.308	19,59
1951	87.910	105,60	5,60	105,60	70.334	80,01	17.576	19,99
1952	86.248	98,11	-7,09	103,60	72.024	83,51	14.224	16,49
1953	100.389	116,40	18,64	120,59	90.653	90,30	9.736	9,70
1954	103.953	103,55	-11,04	124,87	81.679	78,57	22.274	21,43
1955	115.402	111,01	7,21	138,62	90.794	78,68	24.608	21,32
1956	136.846	118,58	6,82	164,38	111.648	81,59	25.198	18,41
1957	178.546	130,47	10,03	214,47	149.867	83,94	28.679	16,06
1958	199.047	111,48	-14,55	239,10	178.552	89,70	20.496	10,30
1959	184.460	92,67	-16,87	221,58	175.764	95,29	8.696	4,71
1960	169.047	91,64	-1,11	203,06	111.973	66,24	57.074	33,76
1961	266.388	157,58	71,95	319,99	233.832	87,78	32.556	12,22
1962	286.896	107,70	-31,66	344,63	187.348	65,30	99.547	34,70
1963	328.942	114,66	6,46	395,13	208.768	63,47	120.175	36,53
1964	360.407	109,57	-4,44	432,93	195.010	54,11	165.397	45,89
1965	411.943	114,30	4,32	494,84	224.519	54,50	187.424	45,50
1966	388.403	94,29	-17,51	466,56	259.229	66,74	129.173	33,26
1967	356.117	91,69	-2,76	427,78	241.684	67,87	114.433	32,13
1968	523.566	147,02	60,35	628,92	268.968	51,37	254.598	48,63
1969	543.405	103,79	-29,41	652,75	314.598	57,89	228.807	42,11
1970	686.491	126,33	21,72	824,63	450.115	65,57	236.375	34,43

Fonte: Elaborada pelo Autor a partir da tabela 3

Nota: ^aEvolução da Despesa Total sobre o Ano Anterior

Os investimentos estatais na economia são mais intensos nesta fase. A tabela 3 confirma que nos últimos seis anos da série, os números relativos aos gastos com os itens investimentos, inversões financeiras e outros gastos sobem muito. O período caracteriza-se pela perspectiva de dotar o Brasil de um sistema econômico dinâmico, nascido no pensamento econômico keynesiano que dominou o pós-guerra. Neste caminho, Santa Catarina implantou três planos durante o período e, como já observado anteriormente, elevou muito o montante das despesas orçamentárias.

**Gráfico 4 – Santa Catarina – Governo Estadual - Despesas Orçamentárias
1950-1970**

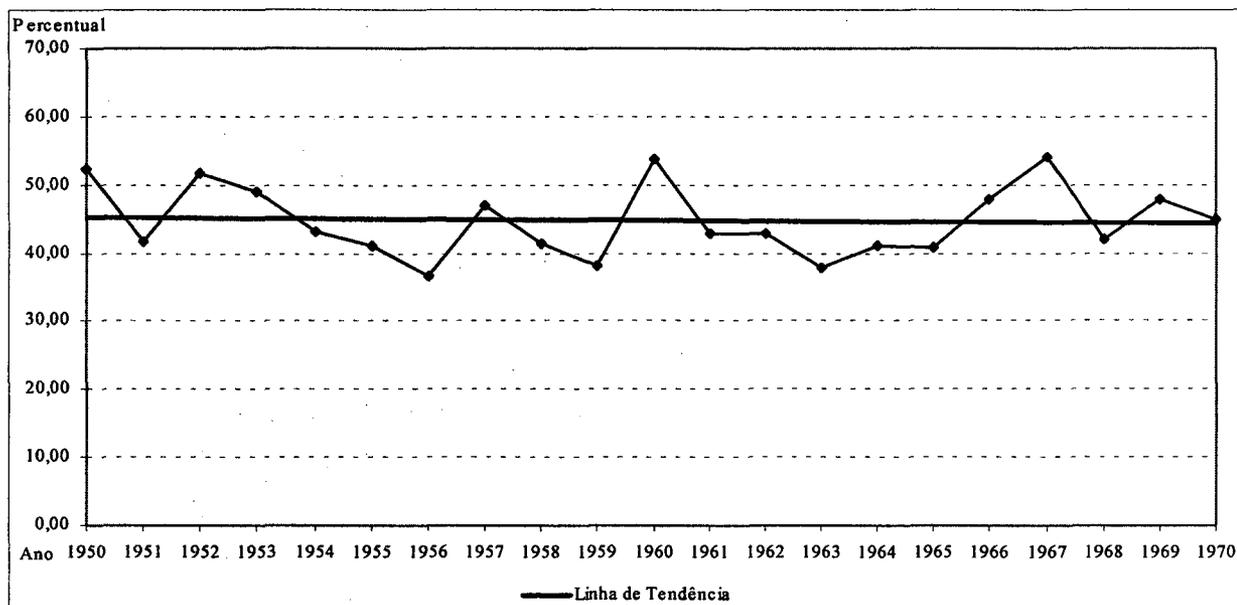


Fonte: Elaborado pelo Autor a partir das tabelas 3 e 4

O gráfico nº 4 mostra a trajetória que os gastos públicos, separados em despesas correntes e despesas de capital, realizaram nos vinte e um anos de economia catarinense, deixando clara a mudança ocorrida no perfil das despesas depois dos primeiros onze anos, ou seja, da década de 50. Nos anos 60, os gastos com despesas de capital foram aumentando sua participação no montante consumido pelo setor público. Apesar disso, os gastos com despesas de capital cumprem uma trajetória incerta, apresentando quedas bruscas e, depois, retornam a um patamar mais elevado no ano seguinte. Já a despesa corrente, mesmo perdendo participação relativa no total dos dispêndios, segue uma trajetória de crescimento mais estável em valores absolutos. Isso significa que os gastos com custeio e transferências continuam a se elevar com o passar do tempo. A principal constatação que chegamos é de que os gastos com investimentos pelo poder público estavam sendo financiados por transferências federais e pela tomada de crédito no mercado.

A evolução do custeio de pessoal, vista no gráfico 5, apresenta-se como o item de maior participação na composição dos gastos públicos, na maioria dos balanços da série. Os custos com pessoal oscilam entre 38% a 54% da despesa total, com média anual de 44,15%. Ao longo da série, a despesa de pessoal mostra tendência de estabilidade.

Gráfico 5 – Santa Catarina – Governo Estadual - Despesa de Pessoal em relação à Despesa Total – 1950-1970



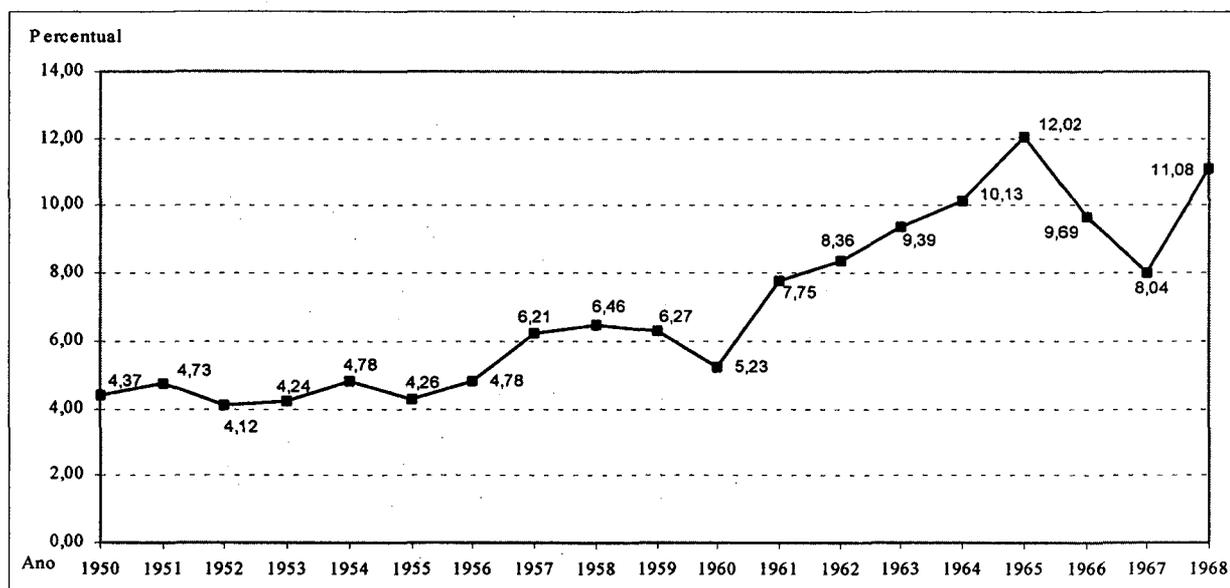
Fonte: Elaborado pelo Autor a partir da tabela 3

Na ilustração do gráfico 6 a participação das despesas orçamentárias na Renda Interna de Santa Catarina, entre 1950 e 1968, cresce em um ritmo que no último ano representa 2,5 vezes seu percentual inicial. Como estamos no princípio do milagre econômico brasileiro, acreditamos que esta participação amplia-se nos anos posteriores.

A política econômica daqueles tempos coloca os gastos públicos no centro do planejamento para o desenvolvimento. Na fase pós-guerra, a grande maioria dos países adotou planos de desenvolvimento econômico, que atribuíam aos governos uma parcela importante no financiamento da produção e na busca tecnológica.

Os gastos públicos passam, conforme vimos, a ter uma expressiva e crescente importância na formação da riqueza catarinense. A dúvida que fica está relacionada à origem dos recursos para financiar os gastos, pois sabemos bem que nestes tempos os índices da evolução econômica nacional e catarinense são os maiores da história, mas também temos o conhecimento dos altos índices de inflação e de endividamento público. Cabe a nós julgarmos se valeu à pena sustentar o crescimento econômico através de uma política pública baseada na tomada de empréstimos financeiros.

Gráfico 6 – Santa Catarina – Governo Estadual - Despesa Orçamentária em relação à Renda Interna Catarinense – 1950-1968



Fonte: Elaborado pelo Autor a partir do anexo E

CAPÍTULO IV

O RESULTADO FISCAL E A DÍVIDA PÚBLICA

Após abordarmos alguns conceitos e a série completa das receitas e despesas orçamentárias, que era o principal objetivo desta monografia, trataremos agora do resultado fiscal e da evolução da dívida pública em Santa Catarina.

As unidades governamentais quando da prestação de conta do exercício orçamentário, através de um balanço determinado em lei, obtêm um resultado fiscal superavitário ou deficitário. Em caso de déficit, os governantes, na maioria das vezes, terão de buscar, seja no mercado interno ou externo, os recursos financeiros necessários para financiá-los, ocasionando com isso a elevação do estoque da dívida pública.

Com a finalidade de tratar deste tema, na primeira parte deste capítulo, mostrarei os principais conceitos sobre o resultado financeiro orçamentário e a evolução dos resultados obtidos nos balanços dos anos de 1950 a 1970. Na segunda parte, o assunto será a evolução da dívida pública catarinense. Por fim, realizarei uma comparação entre os resultados fiscais e a dívida pública do período com os números apresentados nos anos de 1971 a 1991.

4.1 O Resultado Fiscal

O resultado fiscal consiste na diferença ocorrida entre despesas e receitas orçamentárias que são apuradas nas prestações de contas de cada governo.

O regime utilizado para verificação do desempenho das contas públicas segue duas vias contábeis, conforme CRUZ (1989, p. 92):

- a) regime de caixa, que é aquele em que todas as receitas arrecadadas e todas as despesas pagas pertencem ao exercício financeiro do período, independentemente da época em que tenham sido geradas;
- b) regime de competência, que é aquele em que todas as receitas e despesas orçadas, ainda que não realizadas, pertencem ao exercício financeiro no qual foram geradas.

Segundo GIAMBIASI e ALÉM (1999, p. 68), “No Brasil as necessidades de financiamento são apuradas pelo conceito de caixa, exceto pelas despesas de juros, apuradas pelo conceito de competência contábil”.

Os resultados deficitários devem ser ajustados para poderem melhor espelhar a realidade das contas governamentais, pois segundo REZENDE (2001, p. 274):

Os conceitos são ajustados para captar e separar os efeitos de variáveis econômicas como a taxa de juros, nível de preços e nível de atividade econômica. Existem dois critérios de cálculos. O primeiro é chamado acima da linha, no qual são explicados os principais fluxos de receitas e despesas. O segundo é o abaixo da linha, que observa o déficit com base na variação da dívida pública, pela ótica do seu financiamento. É conhecido como necessidades de financiamento do setor público. O levantamento acima da linha serve, em muitas das vezes, como um quadro detalhado que explica a evolução das contas do governo.

4.1.1 A Evolução do Resultado Fiscal no período

Os resultados fiscais ilustrados no gráfico 7 mostram que houve uma trajetória equilibrada até 1957, quando foram apresentados resultados com valores pouco expressivos. Mas a partir de 1958, os valores ganharam maiores dimensões, com destaque para os anos de 1960, 1965, 1967 e 1968. Podemos notar, com isso, que na primeira metade do período o resultado fiscal refletia uma situação de equilíbrio nas contas públicas, mas que na segunda metade os saldos das contas públicas saíram do controle das autoridades, pois acontecem resultados superavitários expressivos em um ano para depois se transformar em um enorme resultado deficitário no ano seguinte. Fica claro notar que as mudanças na estrutura de governo e a implantação dos planos econômicos mudam a configuração dos resultados fiscais com o passar dos exercícios. Salientamos, também, a importância do crescimento populacional e a mudança gradual das pessoas da área rural para a urbana.

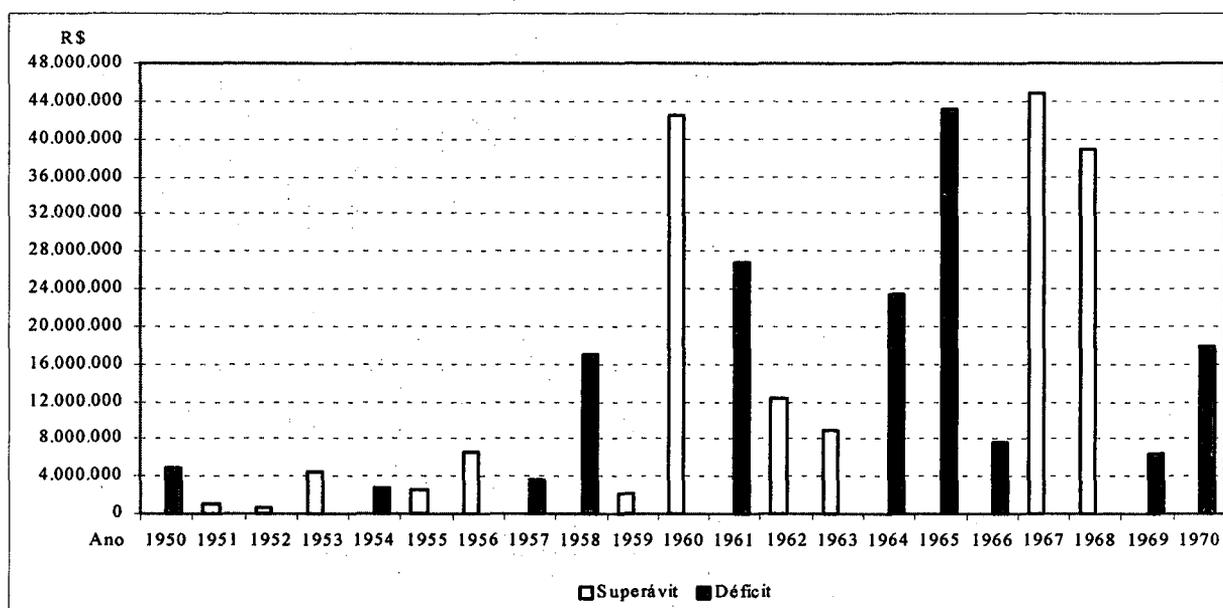
Os índices de crescimento do produto econômico brasileiro são muito acentuados neste período, refletindo, acreditamos, na saúde aparente da economia catarinense. São tempos de forte intervenção estatal na economia, com a implantação de planos de desenvolvimento econômico pelos governos federal e estadual.

Vamos estudar com mais detalhes os balanços orçamentários catarinenses através da tabela 5 e tentar desvendar alguns aspectos da política pública orçamentária empreendida pelos governos da época.

A tabela 5 coloca em destaque os fluxos de receitas e despesas correntes e de capital, bem como os seus resultados globais e mais o saldo financeiro final. O primeiro ano apresenta um resultado negativo expressivo, que contabilizamos ao volume baixo da arrecadação tributária,

já que no exercício seguinte as receitas correntes evoluíram 13,72%. Destacamos que nesse ano houve eleições para o governo estadual.

**Gráfico 7 – Santa Catarina – Governo Estadual - Resultado Fiscal
1950-1970**



Fonte: Elaborado pelo Autor a partir da tabela 5

Os três exercícios seguintes são de superávits, com destaque para o ano de 1954. Em 1951, as receitas correntes subiram mais que o total das despesas. As receitas e as despesas, em 1952, caem em relação ao exercício anterior apesar do resultado positivo apresentado. No ano de 1954, as receitas correntes evoluíram em relação aos exercícios passados, mas o superávit parece ser resultado da tomada de uma operação de crédito e de uma queda de 31,55% nas despesas de capital.

O déficit de 1954 foi decorrente da evolução das despesas de capital que deram um salto de 129% sobre a anterior. Outra informação que merece destaque foi a realização de eleições para escolha de governador. O período de 1951-54 foi palco da primeira tentativa de planejamento econômico e de mudanças na estrutura do governo em Santa Catarina, com a implantação do POE e criação de uma Secretaria de Estado.

A ocorrência de dois superávits seguidos marca os anos de 1955 e 56. As receitas correntes evoluíram 16,2%, em 1955, e mais 21,7%, em 1956, em relação à anterior. As receitas de capital praticamente não existem até o momento, com exceção de 1953.

Os anos de 1957 e 1958 são marcados por déficits orçamentários que, em 1958, são muito significativos. São realizadas operações de crédito nos dois exercícios, mas mesmo assim o resultado é negativo. Os avanços no total da arrecadação não conseguem cobrir a alta de 30,47%, em 1957, e de 11,5%, em 1958, nas despesas correntes. Nesses anos estão ocorrendo mudanças na estrutura de governo, criando-se mais duas Secretarias Estaduais.

Em 1959 e 1960 ocorreram resultados positivos, sobressaindo o resultado do ano de 1960 como o maior até o momento. Os números positivos podem ser decorrentes em parte das retenções das despesas de transferências, pois a conta de transferência corrente de 1959 sofre queda de 248,4% e as despesas correntes caem 36,29%, em 1960. O dado relevante para esses dois anos é o crescimento expressivo do PIB brasileiro¹⁷.

Em 1961, o déficit foi vultoso em decorrência do crescimento de 109% nas despesas correntes em relação à anterior. É o ano de implantação do Plano de Metas do Governo (PLAMEG), com a criação de uma nova estrutura burocrática.

Nos exercícios de 1962 e 1963 acontecem dois superávits consecutivos provocados pela elevação do total arrecadado em receitas correntes. Mas o destaque é o fluxo financeiro de empréstimos contraídos na conta de capital, com ênfase a 1963 pelo seu volume expressivo. Mas em contrapartida, o governo estadual começa a investir um volume maior de recursos na economia, causando a elevação da participação das despesas de capital no montante das despesas orçamentárias.

Os anos seguintes são marcados por déficits de valores elevados, o de 1965 foi o maior da série analisada. As despesas de capital estão em ritmo de crescimento, chegando a uma participação de 45% nas despesas totais em 1965. A etapa se caracteriza pelos baixos níveis de crescimento econômico e pela chegada dos militares ao poder central. As medidas econômicas implementadas pelo novo regime diminuíram, no primeiro momento, o ritmo da atividade econômica no Brasil.

Os superávits apresentados nos exercícios de 1967 e 1968 são produtos do crescimento das transferências de capital da União para os Estados, cuja principal finalidade é compensar a

¹⁷ O PIB cresce a taxas de 9,8%, em 1959, e 9,4%, em 1960.

queda de arrecadação provocada pela maior centralização tributária. A aprovação do Código Tributário Nacional¹⁸ provocou mudanças no recolhimento do imposto sobre circulação de mercadorias, centralizando a arrecadação em mãos da União. No ano de 1968, ocorre a realização de uma operação de empréstimo. O governo intensifica os investimentos na economia, pois a conta despesas de capital passa a significar 49% da despesa total.

**Tabela 5 – Santa Catarina – Governo Estadual - Receitas e Despesas Orçamentárias
1950-1970**

(Em R\$ 1.000)

Ano	Receita Corrente	Receita Capital	Receitas Totais	Despesa Corrente	Despesa Capital	Despesas Totais	Superávit ou Déficit
1950	77.985	393	78.379	66.941	16.308	83.248	(4.870)
1951	88.681	375	89.056	70.334	17.576	87.910	1.146
1952	86.644	340	86.984	72.024	14.224	86.248	737
1953	101.445	3.344	104.789	90.653	9.736	100.389	4.400
1954	101.182	105	101.288	81.679	22.274	103.953	(2.665)
1955	117.619	269	117.887	90.794	24.608	115.402	2.485
1956	143.098	235	143.332	111.648	25.198	136.846	6.486
1957	161.153	13.849	175.002	149.867	28.679	178.546	(3.544)
1958	171.970	10.130	182.100	178.552	20.496	199.047	(16.947)
1959	186.287	204	186.491	175.764	8.696	184.460	2.031
1960	210.963	477	211.440	111.973	57.074	169.047	42.393
1961	239.603	124	239.727	233.832	32.556	266.388	(26.661)
1962	282.374	16.928	299.302	187.348	99.547	286.896	12.407
1963	328.757	91.280	337.885	208.768	120.175	328.942	8.943
1964	336.860	258	337.119	195.010	165.397	360.407	(23.288)
1965	347.077	21.686	368.763	224.519	187.424	411.943	(43.180)
1966	376.771	3.907	380.678	259.229	129.173	388.403	(7.724)
1967	370.066	30.805	400.870	241.684	114.433	356.117	44.753
1968	406.735	155.697	562.432	268.968	254.598	523.566	38.866
1969	457.786	79.296	537.082	314.598	228.807	543.405	(6.323)
1970	604.736	63.894	668.630	450.115	236.375	686.491	(17.860)

Fonte: Elaborada pelo Autor a partir das tabelas 1 e 3

¹⁸ Lei nº 5.172/66

Os dois últimos da série, 1969 e 1970, apresentam déficits em suas contas orçamentárias, apesar de crescimentos na arrecadação tributária, pois as receitas corrente cresceram, em 1970, 32% em relação à anterior. Além disso, o Estado continua a receber as transferências da União em volumes significativos e não são efetuadas operações de créditos. As despesas de capital continuam elevadas, mas em valores inferiores aos de 1968. As taxas de crescimento do PIB brasileiro estão próximas de uma média anual de 10% nos três últimos anos do período. São os tempos do milagre econômico.

Os saldos orçamentários na primeira metade do período estão sob o controle das autoridades, mas na segunda metade isso parece não ocorrer, pois os resultados são mais elevados, alternando entre déficits e superávits vultosos, o que sinaliza certo grau de descontrole sobre os gastos públicos. Mas é uma etapa em que a economia brasileira evolui a taxas surpreendentes de crescimento do PIB, principalmente em seus seis últimos anos. O crescimento econômico induzido pela intervenção do Estado na economia foi muito importante para a melhora das condições econômicas da população brasileira, mas também alimentou e escondeu alguns fantasmas, tais como: déficits orçamentários, inflação e dívida pública.

4.2 A Dívida Pública

Após tratar dos resultados fiscais ocorridos nos exercícios estaduais de 1950 a 1970, irei formular os principais conceitos sobre dívida pública e, após, analisarei a evolução da dívida do setor público catarinense.

De acordo com SILVA (1976, p.176), a dívida pública “(...) é entendida como sendo os compromissos de ordem financeira assumida pelo Estado junto a terceiros, com o objetivo de antecipar a receita orçamentária ou atender a desequilíbrios orçamentários e de financiar obras e serviços públicos”.

A Dívida Pública é dividida em dois grupos, conforme SANDRONI (2001, p. 180-181):

- a) dívida fluante, que é a dívida cujo período de amortização ou resgate não ultrapassa doze meses. Compreende os restos a pagar, os serviços da dívida a pagar e os débitos de tesouraria. Pode ser entendida também como o conjunto dos débitos de curto prazo assumidos pelo governo e representados por títulos negociáveis. A condição de liquidez da dívida fluante pode provocar fortes pressões inflacionárias. Além disto, independe de autorização legislativa para que seja realizada; e

- b) dívida consolidada, que é o conjunto dos débitos de longo prazo, sem data determinada de pagamento, que o governo assume por meio da emissão de títulos negociáveis. É composta por valores arrecadados com o intuito de financiar, em geral, expansão dos serviços públicos já existentes. Além disto, depende da autorização legislativa para que seja realizada.

Podemos ainda conceituar, segundo SANDRONI (2001, p.180-181) a dívida pública em:

Dívida Fundada que é aquela proveniente de recursos obtidos pelo governo sob a forma de financiamentos ou empréstimos, mediante celebração de contratos, emissão ou aceite de títulos ou concessão de quaisquer garantias que represente compromisso assumido para resgate em exercício subsequente.

A Dívida Interna é composta pelos débitos assumidos pelo governo junta a pessoas físicas e jurídicas residentes no próprio país. Sempre que as despesas do governo superam as receitas, há a necessidade de dinheiro para cobrir o déficit. Para isso, as autoridades econômicas podem optar por três soluções: emissão de papel-moeda, aumento da carga tributária e lançamento de títulos públicos.

A Dívida Externa é o somatório dos débitos de um país, garantidos por seu governo, resultantes de empréstimos e financiamentos contraídos com residentes no exterior. A dívida externa registra apenas aqueles empréstimos e financiamento cujo prazo de vencimento é superior a um ano.

A Dívida Líquida corresponde ao saldo líquido do endividamento do setor público não-financeiro e do Banco Central com o sistema financeiro (público e privado), o setor privado não-financeiro e o resto do mundo.

4.2.1 A Evolução da Dívida Pública no período

Analisando a tabela 6, temos um panorama do processo evolutivo da dívida pública de Santa Catarina entre 1950 e 1970.

A dívida consolidada interna agrupa uma elevada participação no total da dívida durante toda a primeira metade do período, mas a partir de 1961 inicia uma trajetória de oscilações até 1966, e a partir daí volta a possuir uma participação majoritária no montante da dívida. Durante toda a década de 50, a dívida consolidada interna permanece com um percentual médio de 69% na composição total, o que mostra que o saldo devedor da dívida catarinense estava amparado em operações autorizadas e com prazos de vencimento acima de doze meses, não necessitando estar constantemente em renegociação. Em 1961, sua participação baixa para uma média de 32% até 1966. Diante disso, constatamos que o governo teve, entre 1962 e 1966, com exceção de 1964, problemas para administrar o seu caixa. Salientamos, também,

que esse era o período de implantação do PLAMEG, momento em que a estrutura de governo foi toda modificada, com a criação de diversas Secretarias Estaduais e Órgãos Públicos. Nos últimos quatro anos, a dívida consolidada fica numa média de 77% de participação, voltando novamente a ter um perfil de estabilidade.

**Tabela 6 – Santa Catarina – Governo Estadual - Dívida Pública
1950-1970**

(Em R\$ 1.000)

Ano	Dívida Consolidada					Dívida Flutuante		Total Geral	
	Interna (A)	% (A)/(D)	Externa (B)	% (B)/(D)	Total	(C)	%(C)/(D)	(D)	% ^a
1950	23.846	59,7	904	2,3	24.750	15.220	38,1	39.970	100,0
1951	26.114	78,7	738	2,2	26.853	6.309	19,0	33.161	83,0
1952	27.428	81,5	620	1,8	28.048	5.619	16,7	33.668	101,5
1953	24.646	78,7	508	1,6	25.153	6.155	19,7	31.309	93,0
1954	18.898	73,5	371	1,4	19.269	6.438	25,0	25.707	82,1
1955	15.944	67,9	299	1,3	16.243	7.246	30,9	23.489	91,4
1956	11.981	68,5	228	1,3	12.209	5.292	30,2	17.500	74,5
1957	9.647	58,4	179	1,1	9.825	6.700	40,5	16.525	94,4
1958	29.849	64,7	140	0,3	29.989	16.180	35,0	46.168	279,4
1959	21.297	62,4	92	0,3	21.388	12.746	37,3	34.134	73,9
1960	16.496	62,4	71	0,3	16.567	9.872	37,3	26.439	77,5
1961	7.606	15,6	34	0,1	7.640	41.005	84,3	48.645	184,0
1962	21.759	31,1	22	0,0	21.781	48.211	68,9	69.992	143,9
1963	21.472	49,7	11	0,0	21.483	21.681	50,2	43.164	61,7
1964	19.181	26,3	5.310	7,3	24.491	48.376	66,4	72.867	168,8
1965	63.160	40,1	3.724	2,4	66.885	90.732	57,6	157.616	216,3
1966	36.412	31,2	3.770	3,2	40.182	76.565	65,6	116.747	74,1
1967	79.437	76,9	3.200	3,1	82.638	20.703	20,0	103.341	88,5
1968	141.377	87,6	4.653	2,9	146.029	15.439	9,6	161.469	156,2
1969	157.890	76,3	3.255	1,6	161.145	45.838	22,1	206.982	128,2
1970	120.916	66,7	2.445	1,3	123.361	57.792	31,9	181.153	87,5

Fonte: Elaborada pelo Autor a partir do anexo A

Nota: ^a Percentual da evolução sobre o ano anterior

A dívida externa possui uma participação insignificante até 1964, quando passa a ter uma participação de 7,3% no total, para depois voltar a cair. Conforme constatamos através de

informações nos balanços orçamentários, a dívida externa era composta de dois empréstimos: um originário da Inglaterra, contraído em 17.10.1909, amparado na lei n. 690 e resgatado no exercício de 1966; e o outro originário dos Estados Unidos, contraído em 16.08.1919 e 19.10.1921, amparados nas leis n° 1240 e 1031 e continuou em ser depois do encerramento do exercício de 1970. A finalidade do empréstimo originário dos Estados Unidos era para a construção da Ponte Hercílio Luz e da estrada de ferro Estreito-Lages¹⁹. A ponte ainda hoje existe, mas quanto à estrada de ferro ficamos sem saber o que foi feito do dinheiro, pois a mesma não foi construída.

A elevação da participação dos empréstimos externos, em 1964, foi em consequência da mudança do método de correção dos valores, que passou a ser pelo câmbio atualizado²⁰. O Estado contraiu mais dois empréstimos externos, sendo um originário da Alemanha (1963) e outro da Hungria (1965), cuja finalidade não conseguimos esclarecer.

A dívida flutuante fez o caminho inverso ao da dívida consolidada interna, ficando com uma participação baixa na primeira década, elevando-se nos seis primeiros anos da década de 60 e depois caindo nos últimos quatro anos. A participação elevada da dívida flutuante no total da dívida pública significa uma busca constante de meios para financia-la, seja através de empréstimos, emissão de títulos ou pela elevação da carga tributária, portanto manter esse tipo de dívida em níveis administráveis parece ser o mais correto.

A evolução da dívida total em relação ao período imediatamente anterior, mostra um alto grau de oscilações durante todo o tempo. Vamos, então, tentar descobrir um pouco mais observando as duas últimas colunas da tabela 6.

O estoque da dívida vai se contraindo até 1957. É um período que alterna exercícios com resultados superavitários e, outros, deficitários, mas nada muito vultoso. São contraídos apenas dois empréstimos - o primeiro, em 1953, de valor pequeno e outro, em 1957, de valor mais expressivo. A finanças públicas parecem em equilíbrio até 1957.

Em 1958, o saldo da dívida dá um salto, crescendo 279% em relação à anterior. Acreditamos que o aumento repentino foi provocado pelo elevado déficit ocorrido no final do exercício, decorrente da elevação nos gastos com despesas de pessoal nos anos de 1957 e 1958, conforme observamos na tabela 3, do capítulo III.

¹⁹ Dados extraídos do balanço de 1973.

²⁰ Até 1963, os valores da dívida externa eram corrigidos pela paridade histórica, conforme a Decreto-Lei 2.416/40.

**Tabela 7 – Santa Catarina – Governo Estadual - Receitas Tributárias e a Dívida Pública
1950-1970**

(Em R\$ 1.000)

Ano	Receita Tributária (A)	Taxa de Crescimento	Total da Dívida Pub (B)	% (B)/(A)	Dívida Flutuante (C)	% (C)/(A)	Encargos e Amortiz. (D)	% (D)/(A)
1950	76.594	-	39.970	52,2	15.220	19,9	3.446	4,5
1951	84.651	10,5	33.161	39,2	6.309	7,5	4.810	5,7
1952	85.005	0,4	33.668	39,6	5.619	6,6	6.701	7,9
1953	99.830	17,4	31.309	31,4	6.155	6,2	7.019	7,0
1954	99.637	-0,2	25.707	25,8	6.438	6,5	5.526	5,5
1955	116.351	16,8	23.489	20,2	7.246	6,2	5.287	4,5
1956	141.579	21,7	17.500	12,4	5.292	3,7	4.771	3,4
1957	159.111	12,4	16.525	10,4	6.700	4,2	3.861	2,4
1958	167.668	5,4	46.168	27,5	16.180	9,6	2.881	1,7
1959	183.685	9,6	34.134	18,6	12.746	6,9	3.883	2,1
1960	208.542	13,5	26.439	12,7	9.872	4,7	1.278	0,6
1961	237.514	13,9	48.645	20,5	41.005	17,3	6.707	2,8
1962	279.384	17,6	69.992	25,1	48.211	17,3	4.420	1,6
1963	305.077	9,2	43.164	14,1	21.681	7,1	13.518	4,4
1964	303.674	-0,5	72.867	24,0	48.376	15,9	424	0,1
1965	310.217	2,2	157.616	50,8	90.732	29,2	2.251	0,7
1966	336.580	8,5	116.747	34,7	76.565	22,7	6.740	2,0
1967	316.982	-5,8	103.341	32,6	20.703	6,5	5.431	1,7
1968	383.795	21,1	161.469	42,1	15.439	4,0	9.290	2,4
1969	428.067	11,5	206.982	48,4	45.838	10,7	7.366	1,7
1970	560.296	30,9	181.153	32,3	57.792	10,3	15.823	2,8

Fonte: Elaborada pelo Autor a partir da tabela 1 e do Anexo A

Após as turbulências de 1958, o estoque da dívida volta a contrair-se nos dois anos seguintes, 1959 e 1960. São anos em que as receitas correntes evoluem significativamente. Já nos anos de 1961 e 1962, o saldo da dívida volta a ter um crescimento expressivo. Em 1961, ocorreu um déficit grande. Nos dois exercícios há uma elevação nos gastos com despesas de capital, que a partir desse momento passa a ter participação elevada na composição das despesas.

O ano de 1963 é caracterizado por uma queda no montante da dívida pública. Mas, mesmo assim, contraía-se um volume expressivo de recursos através de operações de créditos.

As despesas com transferências de capital são elevadas. A opção por uma política de desenvolvimento baseada na forte participação estatal, e financiada por recursos de empréstimos, começa a entrar em seu período de efervescência. A partir de 1964 começam a aparecer nos balanços patrimoniais, no item Passivo Permanente, dívidas com Credores e Entidades Autárquicas e Oficiais. A partir deste momento, apenas com algumas variações em 1967 e 1968, o montante da dívida pública aumenta.

Uma constatação que fica evidente na análise da evolução do endividamento é a expressiva participação, como não poderia ser diferente, dos grandes déficits orçamentários na elevação do total da dívida.

Até o momento estudamos a dívida pública em sua trajetória absoluta, sem a medição do seu grau de participação na produção catarinense. Mas por falta de um índice confiável para a evolução da economia catarinense no período, vamos utilizar a evolução da arrecadação tributária, que nos parece ser a maneira mais correta de financiar os gastos públicos, cuja finalidade será a de medirmos o grau de comprometimento das disponibilidades orçamentárias em relação ao estoque, encargos e amortizações da dívida.

A tabela 7 nos mostra que as receitas tributárias mantiveram um crescimento quase constante em relação aos anos anteriores, proporcionando uma evolução média anual de 10,7%. O estoque da dívida pública em 1950 representava 52,2% das receitas tributárias, mas reduziu sua participação, para uma média anual de 24,7%, entre os anos de 1951 e 1964. A partir de 1965 o nível do montante da dívida pública sobe muito, mantendo uma participação média anual de 40%, com destaque para o exercício de 1966, quando chegou a 51% das receitas tributárias. O saldo total da dívida pública catarinense, em todos os anos, esteve sempre oscilante em relação à arrecadação de tributos, chegando às vezes a ficar entre 10 a 12%, mas manteve uma média anual de 26,4% durante todo o período.

Medir a participação da dívida flutuante em relação ao total da arrecadação de tributos é importante na medida em que a dívida pode exercer forte pressão no caixa do governo, principalmente pela condição de vencimento abaixo de doze meses. Observa-se que, na primeira década, a participação esteve abaixo dos 10%, com exceção de 1950 (19,9%). Após 1961, sua participação foi muito oscilante até o último ano, mas com períodos de pico que chegaram acima de 20%. Os percentuais dos encargos e amortizações da dívida foram muito

significativos na década 50, mas foram perdendo participação nos anos 60, não exercendo pressão nas contas públicas.

O exame que efetuamos na relação entre o estoque da dívida e arrecadação tributária não mostrou deterioração das finanças públicas pelo endividamento. O comprometimento das receitas manteve-se em patamar razoável, sem sofrer fortes pressões dos encargos da dívida. Acreditamos que o forte crescimento da arrecadação tornou possível manter o endividamento dentro de níveis suportáveis. A única dúvida que permaneceu seria quanto à arrecadação, pois a sua evolução é muito expressiva, e se esta não estiver sustentada no crescimento econômico, torna-se uma carga tributária pesada.

4.3 O Resultado Fiscal e a Dívida Pública do período de 1950-70 comparados com os mesmo resultados ocorridos entre 1971 e 1991

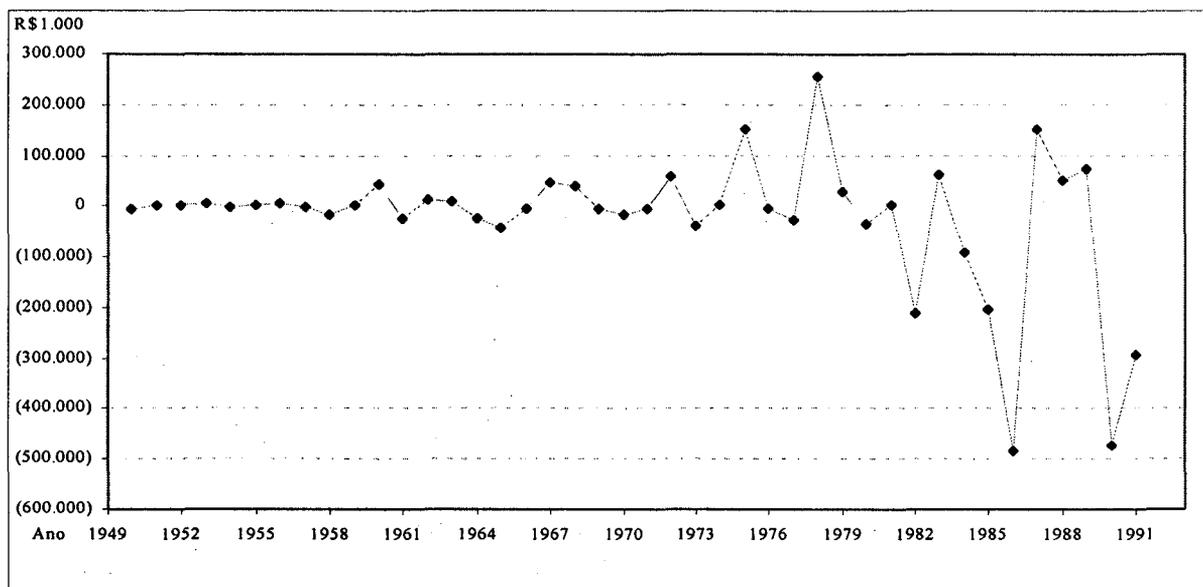
Com a finalidade de termos uma visão mais apurada da evolução do resultado fiscal e da dívida pública em 1950/70, vamos agora fazer um breve confronto com os números dos balanços de 1971 a 1991.

Quanto ao resultado fiscal, observando a ilustração do gráfico 8, verificamos que durante toda a década de 50 havia um equilíbrio entre resultados deficitários e superavitários. Já na década de 60 começam a aparecer alguns sintomas de problemas financeiros nas contas pública, pois ocorrem alguns resultados com grau de dispersão maior, sejam positivos ou negativos. Mas ainda podemos notar uma nítida tendência de equilíbrio. Do ponto de vista do resultado fiscal, então, concluímos que os anos entre 1950 e 1970 estão sob controle público, apenas com leves sintomas de desarranjo financeiro nos seus últimos anos.

O mesmo não se pode falar sobre o período entre 1971 e 1991, pois à medida que os anos vão passando, aumentam os desequilíbrios financeiros das contas públicas. Nos primeiro anos da série, até 1980, os resultados superavitários são mais significativos que os déficits, mas os choques do petróleo, entre 1973 e 1979, e o esgotamento do modelo de desenvolvimento econômico baseado na participação estatal, contaminam toda a economia nesse período. A partir de 1981, em consequência da estagnação e desarticulação da economia, ocorrem resultados deficitários expressivos e o recrudescimento da inflação. Agora existe uma tendência negativa muito forte, conforme ilustra o gráfico 8. Após esta breve análise,

concluimos que as décadas de 50 e 60 são tranqüilas para as finanças públicas quando comparadas às duas décadas posteriores. Mas o que deve ficar compreendido é que o período já mostrava alguns indícios de descontrole orçamentário.

Gráfico 8 - Santa Catarina – Governo Estadual – Resultado Fiscal^a – 1950-1991



Fonte: Elaborada pelo Autor

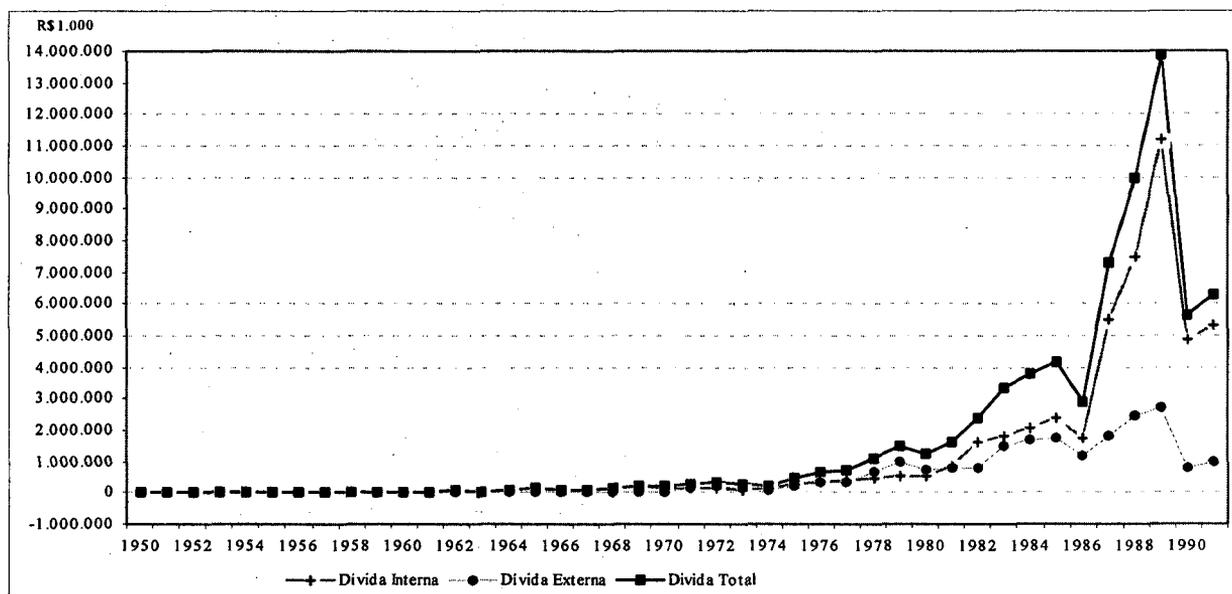
Nota: ^aOs dados de 1971 a 1991 foram coletados de BRASIL (2001)

Após o resultado fiscal vamos verificar como se comportou a dívida pública nos dois períodos. O estoque da dívida pública, entre 1950 e 1970, manteve-se dentro de padrões razoáveis, principalmente em relação aos resultados obtidos na arrecadação de receitas tributárias, com uma participação média anual de 26,4% no total arrecadado. Encerrou o período significando 32% das receitas tributárias recolhidas em 1970.

Entre 1971 e 1991, o estoque da dívida pública cresceu em ritmo frenético, principalmente após o primeiro choque do petróleo, conforme ilustrado no gráfico de nº 9. No primeiro ano da série, 1971, o saldo da dívida significava 42% do total da receita tributária, mas, em 1978, este saldo sobe para 80,5% e 270% no ano de 1983. No final, em 1991, o estoque da dívida estava em 329% do total de receitas arrecadadas. Diante dos números acima apresentados, fica evidente que a dívida pública de Santa Catarina saiu do controle das autoridades governamentais. Agora veremos algumas das possíveis razões para a explosão do endividamento.

O choque do petróleo, a desaceleração econômica e as taxas de inflação são os fatores predominantes para o início do desequilíbrio financeiro a partir dos anos 70. Os juros flutuantes e os déficits orçamentários elevados exerceram pressão sobre os índices da inflação e, conseqüentemente, elevaram a dívida pública. A dívida interna de Santa Catarina chegou a um total de R\$11 bilhões²¹ em 1989. Em 1991, houve a renegociação com o governo federal de todas as dívidas reconhecidas e assumidas pelo Governo do Estado de Santa Catarina.

Gráfico 9 – Santa Catarina – Governo Estadual – Dívida Pública^a – 1950-1991



Fonte: Elaborado pelo Autor

Nota: ^aOs dados de 1971 a 1991 foram coletados em BRASIL (2001)

²¹ Ver BRASIL (2001)

CAPÍTULO V**CONCLUSÃO**

A economia mundial após a Segunda Grande Guerra foi impulsionada pela necessidade de reconstrução dos países destruídos no conflito e pela busca de condições para a integração monetária, financeira e comercial entre as nações. O Brasil seguiu a política traçada nos países centrais, aproveitando as condições favoráveis para tentar impulsionar o seu desenvolvimento industrial.

O Estado de Santa Catarina, acompanhando os acontecimentos nacionais, busca também expandir as atividades econômicas em seu território. Elabora planos de desenvolvimento que procuram dotar o Estado de uma estrutura industrial mais dinâmica e moderna. As ações de planejamento geram mudanças profundas na estrutura de governo, que passa a ter novas funções e ganha em tamanho e complexidade. Destaco, ainda, que a população catarinense dobrou de tamanho e deu início a um processo migratório de saída da área rural em direção aos centros urbanos.

O orçamento público passa a ser uma peça muito importante para os Governos na implantação de suas políticas públicas, pois, além de financiar os gastos inerentes à função do Estado, se transforma em agente econômico provedor dos recursos para incentivar o desenvolvimento econômico industrial.

As receitas orçamentárias de Santa Catarina mantiveram um crescimento médio anual de 10,75%, com destaque para a segunda metade do período, quando se elevaram aos saltos. No último ano da série, as receitas estavam 8,5 vezes maiores que o primeiro ano. Foram realizadas algumas operações de créditos e, a partir de 1967, aparecem as transferências de capital efetuadas pelo governo federal. A receita tributária cresceu em uma média anual de 8,85% beneficiada pelo crescimento econômico e pela elevação da alíquota do IVC, acompanhado da criação de algumas taxas, cuja finalidade foi arrecadar recursos para financiar os planos de desenvolvimento. A participação das receitas tributárias no total da Renda Interna de Santa Catarina dobra em dezenove anos, pois sai de 4%, em 1950, para 8,12%, em 1968.

As despesas orçamentárias mantiveram uma evolução semelhante às receitas, apresentando um crescimento médio anual de 10,57%. Estavam 8,24 vezes maiores no último ano em relação ao primeiro. A participação das despesas de capital se acentua a partir de 1960, o que demonstra um crescimento acentuado da participação estatal na economia. Os gastos do governo na economia catarinense que representavam 4,4%, em 1950, aumentam para 11%, em 1968, com forte tendência de continuarem a crescer.

As necessidades financeiras do Estado, neste período, são afetadas pelo crescimento de suas atribuições, levando-o a buscar formas alternativas de financiamento, que não são aquelas provenientes da tributação permitida por lei. O Estado está cada vez mais envolvido na atividade econômica, intervindo direta e indiretamente em toda as esferas. O ônus vai ser o aumento do estoque da dívida pública.

Os resultados fiscais flutuam por todo o período, alternando exercícios com resultado superavitário seguido de outro com déficit, mas os resultados ganham maior dimensão após 1959. A situação financeira das contas públicas catarinense piora após os anos 50, mostrando indícios de desajustes orçamentários na década de 60.

O estoque da dívida pública se mantém em uma média de 24,7% do montante arrecadado através de receitas tributárias, mas apresenta um quadro de oscilações constantes durante toda a trajetória. Foi constatado que a partir da vigência da Lei 4.320/64, no exercício de 1964, apareceram relacionadas no balanço patrimonial novas contas devedoras incorporadas ao saldo da dívida fundada, o que pode se constituir em dívidas não demonstradas nos balanços de exercícios anteriores. A dívida externa foi baixa até o final do período.

Diversas vezes, durante o desenvolvimento deste trabalho, deparei-me com situações que abriam outros caminhos para o estudo das finanças públicas catarinenses, mas pela pressão do tempo não pude explorá-las. Diante disso, sugiro que o presente trabalho seja ampliado por outros estudos, entre os quais destaco a verificação dos gastos públicos por funções, pois isto vai demonstrar quais unidades públicas consumiram as receitas auferidas.

Para encerrar o presente estudo, relato que o objetivo maior que era ampliar a série de receitas e despesas orçamentárias de Santa Catarina, agora está composta de mais de meio século de história das finanças públicas. Já quanto aos outros objetivos, afirmo que muito ainda poderá ser estudado em relação aos resultados fiscais e à dívida pública do período.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Dívida Líquida e Necessidade de Financiamento do Setor Público**. 1999. Disponível em: <http://www.bc.gov>. Acesso em: 05 abr. 2002.

BRASIL, Márcia Nunes Burgugi. **Evolução das Receitas, Despesas e Dívida Pública de Santa Catarina: 1964 a 1999**. 2001. 54 f. Monografia (Graduação em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade de Santa Catarina, Florianópolis.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.416, 17 de julho de 1940**. Estabelece a codificação das normas financeiras para os Estados e Municípios. Disponível em: <http://www.senado.gov.br>. Acesso em 10.08.2002.

BRASIL. **Lei nº 4.320, 17 de março de 1964**. Estabelece normas gerais de direito financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.senado.gov.br>. Acesso em 15.07.2002.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e Crise no Brasil 1930-1983**. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983. 295 p.

CRUZ, Flávio da. **Contabilidade e Movimentação Patrimonial do Setor Público**. Rio de Janeiro: Ed. do Autor, 1988. 230 p.

DORNBUSCH, Rudiger, FISCHER, Stanley; tradução e revisão técnica Roberto Luis Troster. **Macroeconomia**. 5. ed. São Paulo: Makron, McGraw-Hill, 1991. 930 p.

FURTADO, Milton Braga. **Síntese da Economia Brasileira**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1994. 254 p.

GIAMBIAGI, Fábio, ALÉM, Ana Cláudia Duarte de. **Finanças Públicas: Teoria e Prática no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000. 475 p.

MATTOS, Fernando Marcondes. **Santa Catarina: Nova Dimensão**. Florianópolis: UFSC, 1973. 448 p.

NUNES, Ricardo da Costa, NUNES, Selene Peres. **Crise Fiscal e Medidas de Ajuste**. Working Papers em Economia. Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda. Disponível em: <http://www.race.ie.ufrj.br/nuca-wp/jel/clas-jel.htm>. Acesso em: 10 mar. 2002.

REZENDE, Fernando Antonio. **Finanças Públicas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001. 375 p.

RIANI, Flávio. **Economia do Setor Público**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1997. 205 p.

RIBAS JUNIOR, Salomão. **Retratos de Santa Catarina**. 4. ed. Florianópolis: Edição do Autor, 2001.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. 6. ed. São Paulo: Círculo do Livro, 2001.

SANSON, João Rogério, SEABRA, Fernando. **Análise do Gasto Estadual de Pessoal**. Brasília: IPEA, 1998. 37 P.

SANTA CATARINA. **Balancos de Prestações de Contas dos Exercícios Estaduais 1950 a 1959, 1961 a 1970, e 1973**. Governo Estadual de Santa Catarina: Secretaria da Fazenda. Florianópolis.

SILVA, M.C. **A Dívida do Setor Público Brasileiro: seu papel no financiamento dos investimentos públicos**. Rio de Janeiro, IPEA/INPS, 1976. 210 p.

SCHMITZ, Sérgio. **Planejamento Estadual: a experiência do PLAMEG**. Florianópolis, Ed. Da UFSC, FESC/UDESC, 1985. 134 p.

Anexo A

Santa Catarina – Governo Estadual – Dívida Pública - 1950-1970

Ano (\$)	Dívida Consolidada			Dívida Flutuante	Total Geral
	Interna	Externa	Total		
	Cr\$	Cr\$	Cr\$		
1950	71.769.475,30	2.721.209,40	74.490.684,70	45.808.796,00	120.299.480,70
1951	91.545.156,40	2.587.636,30	94.132.792,70	22.115.070,00	116.247.862,70
1952	107.538.792,70	2.432.335,70	109.971.128,40	22.032.641,20	132.003.769,60
1953	110.661.993,50	2.279.072,00	112.941.065,50	27.638.708,60	140.579.774,10
1954	107.931.076,60	2.118.807,20	110.049.883,80	36.766.154,20	146.816.038,00
1955	105.928.297,00	1.985.733,50	107.914.030,50	48.144.346,90	156.058.377,40
1956	95.443.613,10	1.816.974,80	97.260.587,90	42.155.303,60	139.415.891,50
1957	87.756.001,80	1.626.627,40	89.382.629,20	60.949.485,30	150.332.114,50
1958	306.890.473,70	1.441.333,60	308.331.807,30	166.353.276,10	474.685.083,40
1959	301.952.852,20	1.301.402,50	303.254.254,70	180.711.010,30	483.965.265,00
1960	301.952.852,20	1.301.402,50	303.254.254,70	180.711.010,30	483.965.265,00
1961	191.034.739,50	860.725,60	191.895.465,10	1.029.955.070,30	1.221.850.535,40
1962	829.992.812,80	834.698,50	830.827.511,30	1.839.028.906,00	2.669.856.417,30
1963	1.423.626.969,90	744.565,30	1.424.371.535,20	1.437.533.797,30	2.861.905.332,50
1964	2.424.558.199,80	671.251.091,80	3.095.809.291,60	6.114.878.032,50	9.210.687.324,10
1965	12.542.199.835,00	739.537.195,00	13.281.737.030,00	18.017.226.150,00	31.298.963.180,00
1966	10.010.982.419,00	1.036.657.195,00	11.047.639.614,00	21.050.775.412,00	32.098.415.026,00
	NCr\$	NCr\$	NCr\$	NCr\$	NCr\$
1967	27.099.965,10	1.091.790,34	28.191.755,44	7.062.936,48	35.254.691,92
1968	62.095.189,13	2.043.629,93	64.138.819,06	6.781.263,45	70.920.082,51
1969	83.310.615,66	1.717.335,98	85.027.951,64	24.186.186,58	109.214.138,22
	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$
1970	76.208.346,63	1.541.124,53	77.749.471,16	36.424.138,48	114.173.609,64

Fonte: Secretaria da Fazenda de Santa Catarina / Balanço Anual do Estado

Obs. Os valores estão a preços correntes da moeda corrente da época

Anexo B

Índices utilizados para atualizar a série histórica de receitas e despesas orçamentárias, e valores da renda interna de Santa Catarina

Ano	Fator de Conversão ^a	Taxa de Inflação ^b	Evolução do PIB Brasileiro ^c	Renda Interna Catarinense ^d
1950	3,0097605350	13,4	6,8	Cr\$ 5.728.000.000,
1951	3,5055318900	19,8	4,9	Cr\$ 6.509.000.000,
1952	3,9208020080	10,3	7,3	Cr\$ 8.210.000.000,
1953	4,4901239430	20,7	4,7	Cr\$ 10.643.000.000,
1954	5,7112278720	25,3	7,8	Cr\$ 12.430.000.000,
1955	6,6438795660	12,6	8,8	Cr\$ 17.991.000.000,
1956	7,9663998900	24,3	2,9	Cr\$ 22.828.000.000,
1957	9,0971452900	7,0	7,7	Cr\$ 26.136.000.000,
1958	10,2816003000	24,1	10,8	Cr\$ 31.658.000.000,
1959	14,1783909500	39,4	9,8	Cr\$ 41.722.000.000,
1960	18,3048692000	30,6	9,4	Cr\$ 59.179.000.000,
1961	25,1177760800	47,7	8,6	Cr\$ 86.335.000.000,
1962	38,1452015500	51,4	6,6	Cr\$ 130.836.000.000,
1963	66,3029419300	81,1	0,6	Cr\$ 232.242.000.000,
1964	126,4040028000	91,9	3,4	Cr\$ 449.560.000.000,
1965	198,5770899000	34,5	2,4	Cr\$ 680.514.000.000,
1966	274,9395271000	38,2	6,7	Cr\$1.102.557.000.000,
1967	0,3411495830	24,9	4,2	NCr\$ 1.511.609.000,
1968	0,4392182880	25,1	9,8	NCr\$ 2.076.354.000,
1969	0,5276495920	20,1	9,5	
1970	0,6302602340	19,3	10,4	

Notas: ^a Tabela de atualização de valores, através do Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getulio Vargas

^b 1950, 1951 e 1952 – IPA - DI (FGV) e o restante pelo IGP - DI (FGV)

^c FGV/IPEA

^d MATTOS (1973, p. 386)

Anexo C

Santa Catarina – Governo Estadual – Receitas Orçamentárias - 1950-1970

ESPECIFICAÇÃO	1950	1951	1952	1953	1954
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	(Cr\$)	(Cr\$)	(Cr\$)	(Cr\$)	(Cr\$)
RECEITAS CORRENTES	234.716.675,00	310.875.863,10	339.715.167,30	455.501.663,00	577.878.601,60
RECEITA TRIBUTÁRIA	230.530.597,10	296.747.788,80	333.288.880,80	448.248.475,20	569.050.303,70
IMPOSTOS	223.412.409,70	286.112.348,20	318.223.387,10	429.586.043,40	549.812.229,40
Imposto Sobre o Patrimônio e a Renda					
Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis	9.470.679,70	15.233.721,90	17.166.082,40	21.741.277,40	24.471.766,00
Imposto Adicional sobre Lucros, Ganhos					
Rendimentos de Capital					
Imposto Sobre Propriedades de Veículos					
Imposto s/transmissão "causa mortis"	1.610.613,20	2.524.644,90	2.789.187,20	2.865.125,20	3.464.445,40
ICMS	168.319.088,00	230.625.781,30	262.997.575,90	355.649.803,60	468.655.442,90
Outros Impostos	44.012.028,80	37.728.200,10	35.270.541,60	49.329.837,20	53.220.575,10
TAXAS	7.118.187,40	10.635.440,60	15.065.493,70	18.662.431,80	19.238.074,30
Taxas Pelo Exercício do Poder de Polícia					
Taxas Pela Prestação de Serviços					
RECEITA PATRIMONIAL	428.513,40	1.308.178,60	696.285,20	1.416.123,50	2.089.046,60
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	958.816,40	1.893.415,00	2.699.842,10	2.389.541,90	2.712.906,20
RECEITAS DIVERSAS	2.798.748,10	10.926.480,70	3.030.159,20	3.447.522,40	4.026.345,10
RECEITA DE CAPITAL	1.184.316,40	1.314.385,20	1.333.315,20	15.014.590,70	598.708,90
OPERAÇÕES DE CRÉDITO				14.000.000,00	
Operações de Crédito Internas					
Operações de crédito Externas					
ALIENAÇÕES DE BENS	1.184.316,40	1.314.385,20	1.333.315,20	1.014.590,70	598.708,90
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS					
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL					
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL					
TOTAL GERAL	235.900.991,40	312.190.248,30	341.048.482,50	470.516.253,70	578.477.310,50

(continua)

Anexo C

Santa Catarina – Governo Estadual – Receitas Orçamentárias – 1950-1970

(continuação)

ESPECIFICAÇÃO	1955	1956	1957	1958	1959
	(Cr\$)	(Cr\$)	(Cr\$)	(Cr\$)	(Cr\$)
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS					
RECEITAS CORRENTES	781.443.835,20	1.139.974.097,00	1.466.029.838,60	1.768.125.286,00	2.641.253.670,80
RECEITA TRIBUTÁRIA	773.020.696,80	1.127.878.484,40	1.447.460.148,90	1.723.897.901,80	2.604.355.077,40
IMPOSTOS	749.784.226,00	939.549.524,40	1.214.151.579,40	1.433.930.627,50	1.935.252.555,60
Imposto Sobre o Patrimônio e a Renda					
Imposto Sobre Transmissão de Bens Im.	27.359.606,10	36.206.772,30	52.122.832,30	54.201.266,80	63.316.628,50
Imposto Adicional sobre Lucros, Ganhos					
Rendimentos de Capital					
Imposto Sobre Propriedades de Veículos					
Imposto s/transmissão "causa mortis"	6.406.993,50	6.283.364,80	6.608.039,80	9.662.820,00	11.050.960,30
ICMS	631.228.415,70	829.321.173,60	1.018.619.293,90	1.238.702.020,80	1.656.955.037,60
Outros Impostos	84.789.210,70	67.738.213,70	136.801.413,40	131.364.519,90	203.929.929,20
TAXAS	23.236.470,80	188.328.960,00	233.308.569,50	289.967.274,30	669.102.521,80
Taxas Pelo Exercício do Poder de Polícia					
Taxas Pela Prestação de Serviços					
RECEITA PATRIMONIAL	1.594.744,70	2.405.262,50	7.701.387,70	2.019.192,40	9.428.079,90
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.915.846,50	2.700.262,30	2.307.699,80	2.590.718,00	2.674.955,70
RECEITAS DIVERSAS	4.912.547,20	6.990.087,80	8.560.602,20	39.617.473,80	24.795.557,80
RECEITA DE CAPITAL	1.784.582,90	1.868.173,80	125.984.517,40	104.153.885,40	2.891.354,90
OPERAÇÕES DE CRÉDITO			125.000.000,00	100.000.000,00	
Operações de Crédito Internas					
Operações de crédito Externas					
ALIENAÇÕES DE BENS	1.784.582,90	1.868.173,80	984.517,40	4.153.885,40	2.891.354,90
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS					
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL					
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL					
TOTAL GERAL	783.228.418,10	1.141.842.270,80	1.592.014.356,00	1.872.279.171,40	2.644.145.025,70

(continua)

Anexo C

Santa Catarina – Governo Estadual – Receitas Orçamentárias - 1950-1970

(continuação)

ESPECIFICAÇÃO	1960 ^a	1961	1962	1963
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	(Cr\$)	(Cr\$)	(Cr\$)	(Cr\$)
RECEITAS CORRENTES	3.861.651.000,00	6.018.293.307,00	10.771.210.514,50	21.797.559.214,40
RECEITA TRIBUTÁRIA	3.790.679.000,00	5.965.827.972,80	10.657.160.400,30	20.227.510.279,60
IMPOSTOS		4.189.613.443,50	6.950.072.460,50	12.023.357.817,70
Imposto Sobre o Patrimônio e a Renda				
Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis		116.805.384,80	20.677,00	
Imposto Adicional sobre Lucros, Ganhos Rendimentos de Capital				
Imposto Sobre Propriedades de Veículos				
Imposto s/transmissão "causa mortis"		17.824.103,90	19.693.676,70	40.805.245,00
ICMS		3.572.313.724,90	6.291.012.799,50	10.856.200.082,30
Outros Impostos		482.670.229,90	639.345.307,30	1.126.352.490,40
TAXAS	26.649.000,00	1.776.214.529,30	3.707.087.939,80	8.204.152.461,90
Taxas Pelo Exercício do Poder de Polícia				
Taxas Pela Prestação de Serviços				
RECEITA PATRIMONIAL	19.046.000,00	22.210.657,20	28.909.504,40	47.618.003,10
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		3.092.377,90	2.954.783,80	1.245.006.778,40
RECEITAS DIVERSAS	25.277.000,00	27.162.299,10	82.185.826,00	277.424.153,30
RECEITA DE CAPITAL	8.736.000,00	3.124.467,60	645.739.596,80	605.213.815,10
OPERAÇÕES DE CRÉDITO			645.000.000,00	600.000.000,00
Operações de Crédito Internas				
Operações de crédito Externas				
ALIENAÇÕES DE BENS	5.749.000,00	3.124.467,60	739.596,80	5.213.815,10
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS				
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	2.987.000,00			
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL				
TOTAL GERAL	3.870.387.000,00	6.021.417.774,60	11.416.950.111,30	22.402.773.029,50

(continua)

Anexo C

Santa Catarina – Governo Estadual – Receitas Orçamentárias - 1950-1970

(continuação)

ESPECIFICAÇÃO	1964	1965	1966	1967
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	(Cr\$)	(Cr\$)	(Cr\$)	(NCr\$)
RECEITAS CORRENTES	42.580.485.241,90	68.921.460.480,00	103.589.231.552,00	126.247.764,59
RECEITA TRIBUTÁRIA	38.385.660.322,90	61.601.901.757,00	92.539.241.957,00	108.138.190,55
IMPOSTOS	22.961.808.031,50	37.405.321.182,00	53.726.665.758,00	102.184.418,35
Imposto Sobre o Patrimônio e a Renda				
Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis	59.192.946,00		160.666.621,00	850.919,19
Imposto Adicional sobre Lucros, Ganhos				
Rendimentos de Capital				
Imposto Sobre Propriedades de Veículos				
Imposto s/transmissão "causa mortis"		93.368.870,00		
ICMS	20.352.282.123,80	32.199.080.457,00	50.946.898.149,00	97.517.463,54
Outros Impostos	2.550.332.961,70	5.112.871.855,00	2.619.100.988,00	3.816.035,62
TAXAS	15.423.852.291,40	24.196.580.575,00	38.812.576.199,00	5.953.772,20
Taxas Pelo Exercício do Poder de Polícia				
Taxas Pela Prestação de Serviços				
RECEITA PATRIMONIAL	48.504.300,70	51.089.042,00	36.070.670,00	214.553,97
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.854.385.686,90	6.713.578.994,00	10.449.462.795,00	15.242.286,12
RECEITAS DIVERSAS	1.291.934.931,40	554.890.687,00	564.456.130,00	2.652.733,95
RECEITA DE CAPITAL	32.656.637,00	4.306.362.693,00	1.074.240.375,00	10.508.953,19
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		4.145.538.757,00	966.964.587,00	7.925.741,21
Operações de Crédito Internas				
Operações de crédito Externas				
ALIENAÇÕES DE BENS	32.656.637,00	160.095.810,00	106.595.109,00	143.899,68
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS				
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL		728.126,00	680.679,00	2.439.312,30
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL				
TOTAL GERAL	42.613.141.878,90	73.227.823.173,00	104.663.471.927,00	136.756.717,78

(continua)

Anexo C

Santa Catarina – Governo Estadual – Receitas Orçamentárias - 1950-1970

(conclusão)

ESPECIFICAÇÃO	1968	1969	1970
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	(NCr\$)	(NCr\$)	(Cr\$)
RECEITAS CORRENTES	178.645.466,64	241.550.511,56	381.140.929,65
RECEITA TRIBUTÁRIA	168.569.681,07	225.869.489,30	353.132.069,51
IMPOSTOS	160.647.244,14	214.677.913,42	336.165.999,17
Imposto Sobre o Patrimônio e a Renda			
Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis	1.462.537,09	1.746.682,00	2.074.937,45
Imposto Adicional sobre Lucros, Ganhos			
Rendimentos de Capital			
Imposto Sobre Propriedades de Veículos			
Imposto s/transmissão "causa mortis"			
ICMS	158.173.472,20	212.400.836,57	333.730.555,46
Outros Impostos	1.011.234,85	530.394,85	360.506,26
TAXAS	7.922.436,93	11.191.575,88	16.966.070,34
Taxas Pelo Exercício do Poder de Polícia			
Taxas Pela Prestação de Serviços			
RECEITA PATRIMONIAL	772.013,53	1.626.979,45	2.371.055,01
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.182.347,74	2.664.166,51	12.943.857,20
RECEITAS DIVERSAS	7.121.424,30	11.389.876,30	12.693.947,93
RECEITA DE CAPITAL	68.384.909,51	41.840.726,12	40.270.077,50
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	35.229.009,96	1.218.443,64	
Operações de Crédito Internas			
Operações de crédito Externas			
ALIENAÇÕES DE BENS	224.527,88	386.369,24	406.410,66
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS			
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	32.931.371,67	40.235.913,24	39.863.666,84
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL			
TOTAL GERAL	247.030.376,15	283.391.237,68	421.411.007,15

Fonte: Secretaria da Fazenda de Santa Catarina / Balanço Anual do Estado

Nota: ^a Os dados de 1960 foram recolhidos em um demonstrativo consolidado para os anos entre 1950 e 1972, publicado no balanço de 1973.

Obs. Os valores estão a preços da moeda corrente da época.

Anexo D

Santa Catarina – Governo Estadual – Despesas Orçamentárias - 1950-1970

ESPECIFICAÇÃO	1950	1951	1952	1953	1954	1955
	(Cr\$)	(Cr\$)	(Cr\$)	(Cr\$)	(Cr\$)	(Cr\$)
DESPESA ORÇAMENTÁRIA						
DESPESAS CORRENTES	201.475.591,50	246.558.287,70	282.389.898,20	407.041.450,10	466.487.059,50	603.224.211,50
DESPESAS DE CUSTEIO	139.520.536,60	178.277.674,20	174.185.681,84	252.742.999,30	329.873.310,20	378.855.781,40
Pessoal	112.829.253,50	108.373.719,90	150.666.870,70	221.319.870,80	229.278.927,00	275.806.987,20
Serviços de Terceiros e Encargos						
Diversas Despesas de Custeio	26.691.283,10	69.903.954,30	23.518.811,14	31.423.128,50	100.594.383,20	103.048.794,20
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	61.955.054,90	68.280.613,50	108.204.216,36	154.298.450,80	136.613.749,30	224.368.430,10
Transferências Intragovernamentais	14.148.004,70	10.804.878,50	16.682.098,96		39.888.628,50	65.172.760,20
Transferências Operacionais						
Subvenções Sociais						
Transferências Intergovernamentais						
Transferência a pessoas						
Inativos	9.347.742,10	11.200.000,00	14.377.244,80		22.989.852,90	34.331.008,20
Pensionistas						
Salário família	8.927.755,70	8.700.000,00	9.500.000,00		3.596.000,00	3.594.300,00
Outras Transf. a pessoas						
Encargos da Dívida Pública	8.846.359,90	11.641.114,50	16.445.796,90	22.486.782,50	21.174.376,60	22.302.452,70
Contribuição de Previd. Social						
Diversas Transferências Correntes	20.685.192,50	25.934.620,50	51.199.075,70	131.811.668,30	48.964.891,30	98.967.909,00
DESPESAS DE CAPITAL	49.081.963,40	61.613.217,40	55.770.471,60	43.717.094,60	127.211.314,80	163.493.426,70
INVESTIMENTOS						
INVERSÕES FINANCEIRAS						
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL						
Amortização da Dívida Pública	1.321.281,24	3.330.251,90	6.645.828,90	9.030.062,80	7.891.181,70	10.135.853,30
Outras Transferências de Capital						
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	47.760.682,16	58.282.965,50	49.124.642,70	34.687.031,80	119.320.133,10	153.357.573,40
TOTAL GERAL	250.557.554,90	304.841.253,20	338.160.369,80	450.758.544,70	593.698.374,30	766.717.638,20

(continua)

Anexo D

Santa Catarina – Governo Estadual – Despesas Orçamentárias - 1950-1970

(continuação)

ESPECIFICAÇÃO	1956	1957	1958	1959	1960 ^a
	(Cr\$)	(Cr\$)	(Cr\$)	(Cr\$)	(Cr\$)
DESPESA ORÇAMENTÁRIA					
DESPESAS CORRENTES	889.433.054,90	1.363.360.793,90	1.835.797.513,30	2.492.049.189,40	2.049.647.000,00
DESPESAS DE CUSTEIO	502.869.417,90	801.168.762,10	1.138.515.888,80	1.676.211.880,00	1.929.466.000,00
Pessoal	351.406.434,20	668.088.562,20	847.301.491,70	998.128.560,00	1.655.847.000,00
Serviços de Terceiros e Encargos					89.093.000,00
Diversas Despesas de Custeio	151.462.983,70	133.080.199,90	291.214.397,10	678.083.320,00	184.526.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	386.563.637,00	562.192.031,80	697.281.624,50	815.837.309,40	120.181.000,00
Transferências Intragovernamentais	81.818.847,10	169.837.640,90			
Transferências Operacionais					
Subvenções Sociais					9.489.000,00
Transferências Intergovernamentais					
Transferência a pessoas					
Inativos	44.500.000,00	87.307.872,70			
Pensionistas					
Salário família	3.600.000,00	5.057.275,00			
Outras Transferências a pessoas					
Encargos da Dívida Pública	9.866.801,90	11.271.936,90	23.754.897,60	49.980.195,40	17.470.000,00
Contribuição de Previdência Social					10.722.000,00
Diversas Transferências Correntes	246.777.988,00	288.717.306,30	673.526.726,90	765.857.114,00	82.500.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	200.739.380,70	260.895.176,60	210.728.706,00	123.298.148,70	1.044.734.000,00
INVESTIMENTOS					208.946.000,00
INVERSÕES FINANCEIRAS					104.473.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL					731.315.000,00
Amortização da Dívida Pública	12.264.792,40	10.333.747,70	5.870.821,90	5.077.552,60	
Outras Transferências de Capital					
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	188.474.588,30	250.561.428,90	204.857.884,10	118.220.596,10	
TOTAL GERAL	1.090.172.435,60	1.624.255.970,50	2.046.526.219,30	2.615.347.338,10	3.094.381.000,00

(continua)

Anexo D

Santa Catarina – Governo Estadual – Despesas Orçamentárias - 1950-1970

(continuação)

ESPECIFICAÇÃO	1961	1962	1963	1964	1965
	(Cr\$)	(Cr\$)	(Cr\$)	(Cr\$)	(Cr\$)
DESPESA ORÇAMENTÁRIA					
DESPESAS CORRENTES	5.873.339.349,00	7.146.444.682,90	13.841.910.173,60	24.649.995.997,60	44.584.323.111,00
DESPESAS DE CUSTEIO	4.805.418.783,00	5.305.507.181,90	8.970.031.937,30	18.458.011.392,00	31.908.917.175,00
Pessoal	2.872.151.866,00	4.679.575.384,10	8.233.695.253,30	15.608.865.020,80	26.390.212.651,00
Serviços de Terceiros e Encargos				1.463.548.723,50	2.808.076.379,00
Diversas Despesas de Custeio	1.933.266.917,00	625.931.797,80	736.336.684,00	1.385.597.647,70	2.710.628.145,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.067.920.566,00	1.840.937.501,00	4.871.878.236,30	6.191.984.605,60	12.675.405.936,00
Transferências Intragovernamentais					
Transferências Operacionais					
Subvenções Sociais				869.977.667,50	1.562.633.355,00
Transferências Intergovernamentais					
Transferência a pessoas					
Inativos				1.980.000.000,00	3.961.946.521,00
Pensionistas				55.471.543,90	216.904.985,00
Salário família				172.325.149,40	1.638.266.572,00
Outras Transferências a pessoas					
Encargos da Dívida Pública	70.139.934,90	162.545.237,60	890.239.684,00	8.340.907,30	204.514.796,00
Contribuição de Previdência Social				863.427.954,10	1.234.792.392,00
Diversas Transferências Correntes	997.780.631,10	1.678.392.263,40	3.981.638.552,30	2.242.441.383,40	3.856.347.315,00
DESPESAS DE CAPITAL	817.736.849,00	3.797.246.918,00	7.967.924.435,10	20.906.832.355,90	37.218.121.262,00
INVESTIMENTOS				16.673.361.414,80	2.952.105.947,00
INVERSÕES FINANCEIRAS				1.327.229.800,00	2.948.330.208,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL					
Amortização da Dívida Pública	5.929.309,50	6.067.953,80		45.302.839,30	67.621.392,00
Outras Transferências de Capital				2.860.938.301,80	31.250.063.715,00
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	811.807.539,50	3.791.178.964,20	7.967.924.435,10		
TOTAL GERAL	6.691.076.198,00	10.943.691.600,90	21.809.834.608,70	45.556.828.353,50	81.802.444.373,00

(continua)

Anexo D

Santa Catarina – Governo Estadual – Despesas Orçamentárias - 1950-1970

(conclusão)

ESPECIFICAÇÃO	1966	1967	1968	1969	1970
	(Cr\$)	(NCr\$)	(NCr\$)	(NCr\$)	(Cr\$)
DESPESA ORÇAMENTÁRIA					
DESPESAS CORRENTES	71.272.387.909,00	82.450.460,71	118.135.799,77	165.997.375,62	283.689.636,48
DESPESAS DE CUSTEIO	49.073.840.415,00	61.630.825,63	87.476.193,58	121.609.825,90	176.104.532,57
Pessoal	40.602.530.479,00	52.540.751,29	75.719.416,86	106.350.730,90	150.315.278,96
Serviços de Terceiros e Encargos	4.979.560.887,00	4.197.534,39	5.755.702,88	7.558.165,85	14.695.783,80
Diversas Despesas de Custeio	3.491.749.049,00	4.892.539,95	6.001.073,84	7.700.929,15	11.093.469,81
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	22.198.547.494,00	20.819.635,08	30.659.606,19	44.387.549,72	107.585.103,91
Transferências Intragovernamentais					
Transferências Operacionais					
Subvenções Sociais	3.170.397.559,00	2.801.990,28	3.641.967,60	4.931.823,00	1.321.924,57
Transferências Intergovernamentais					
Transferência a pessoas					
Inativos	5.743.199.830,00	8.810.990,00	14.948.032,05	21.493.316,98	32.169.221,24
Pensionistas	291.950.511,00	376.000,00	678.367,25	1.068.649,83	1.323.067,56
Salário família	3.078.597.209,00	3.968.501,16	4.202.488,73	6.288.495,33	8.851.659,15
Outras Transferências a pessoas					
Encargos da Dívida Pública	303.458.478,00	926.423,58	904.269,30	969.849,26	2.436.287,68
Contribuição de Previdência Social	1.243.025.314,00	108.811,36	1.129.183,26	1.634.113,32	1.786.764,71
Diversas Transferências Correntes	8.367.918.593,00	3.826.918,70	5.155.298,00	8.001.302,00	59.696.179,00
DESPESAS DE CAPITAL	35.514.812.646,00	39.038.820,70	111.824.047,64	120.730.067,74	148.978.069,31
INVESTIMENTOS	2.080.700.152,00	4.777.876,81	7.226.850,54	10.871.993,31	11.932.374,64
INVERSÕES FINANCEIRAS	2.371.300.000,00	880.000,00	583.694,14	9.220.000,00	5.260.100,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	31.062.812.494,00	33.380.943,89		100.638.074,43	131.785.594,67
Amortização da Dívida Pública	1.549.509.412,00	451.714,42	3.176.180,40	2.916.725,68	7.536.404,68
Outras Transferências de Capital	29.513.303.082,00	32.929.229,47	100.837.322,56	97.721.348,75	124.249.189,99
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL					
TOTAL GERAL	106.787.200.555,00	121.489.281,41	229.959.847,41	286.727.443,36	432.667.705,79

Fonte: Secretaria da Fazenda de Santa Catarina / Balanço Anual do Estado

Nota: Os dados de 1960 foram recolhidos em um demonstrativo consolidado para os anos entre 1950 e 1972, publicado no balanço de 1973.

Obs. Os valores estão a preços na moeda corrente da época

Anexo E

**Santa Catarina – Governo Estadual – Renda Interna, Receitas Tributárias e Despesas
Totais (em RS de 1999) – 1950-1968**

Ano	Renda Interna (A)	Receitas Tributárias (B)	% (B)/(A)	Despesas Totais (C)	% (C)/(A)
1950	1.903.141.440,45	76.594.331,81	4,02	83.248.335,54	4,37
1951	1.856.779.571,33	84.651.287,77	4,56	87.910.056,10	4,73
1952	2.093.959.343,84	85.005.282,10	4,06	86.247.754,70	4,12
1953	2.370.313.188,48	99.829.866,81	4,21	100.388.886,90	4,24
1954	2.176.414.648,23	99.637.121,20	4,58	103.952.843,00	4,78
1955	2.707.905.798,30	116.350.799,13	4,30	115.402.097,61	4,26
1956	2.865.535.287,61	141.579.446,17	4,94	136.846.310,84	4,78
1957	2.872.989.181,42	159.111.468,79	5,54	178.545.677,65	6,21
1958	3.079.092.658,37	167.668.247,31	5,45	199.047.440,05	6,46
1959	2.942.647.028,65	183.684.812,09	6,24	184.460.094,75	6,27
1960	3.232.964.920,61	208.541.670,43	6,45	169.046.878,52	5,23
1961	3.437.207.168,54	237.514.179,35	6,91	266.388.082,16	7,75
1962	3.429.946.485,63	279.384.036,98	8,15	286.895.629,23	8,36
1963	3.502.740.500,49	305.077.115,60	8,71	328.942.185,28	9,39
1964	3.556.532.942,33	303.674.404,87	8,54	360.406.532,58	10,13
1965	3.426.951.217,50	310.216.560,17	9,05	411.943.011,22	12,02
1966	4.010.180.026,24	336.580.348,90	8,39	388.402.503,20	9,69
1967	4.430.927.297,95	316.981.746,24	7,15	356.117.338,15	8,04
1968	4.727.385.122,00	383.794.768,29	8,12	523.566.194,06	11,08

Fonte: Elaborada pelo Autor a partir das tabelas 1, 3 e anexo B

